

PATRÍCIA ISABEL BATISTA LEITE

Falcoaria Real: Processo de inclusão ao Património Cultural e Imaterial da UNESCO

Trabalho de Projeto para a obtenção do Grau de Mestre em Museologia

Orientador: Professor Filipe Themudo Barata



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Évora, Novembro de 2012

Agradecimentos

O presente trabalho não teria sido possível de realizar sem o contributo, de forma direta ou indireta de algumas pessoas e entidades, às quais apresento o meu profundo agradecimento:

Em primeiro lugar quero agradecer ao Rui pelo apoio e pela compreensão durante este percurso.

Aos meus pais, por todo o apoio.

Ao Prof. Filipe Themudo Barata, por ter aceite orientar este trabalho, pelas suas preciosas orientações, quer na escolha do tema, como também durante a pesquisa, pelas suas palavras críticas e sobretudo pelas de incentivo.

Às amigas Sandra Lopes, Leonor Cadório, Elisa Travessa, pelas revisões e pelo apoio que sempre demonstraram durante a elaboração deste trabalho.

À Associação Portuguesa de Falcoaria, pela disponibilidade, em especial ao Eng. António Carapuço e ao Pedro Afonso.

À Dra. Clara Bertrand Cabral pelas orientações técnicas, relativas à candidatura UNESCO

Gostaria de apresentar um especial agradecimento ao Sebastien de Rédon, ao Pedro Féria e ao Sr. António Almeida, pela paciência, pelo apoio e sobretudo pelo encorajamento e incentivo para que elaborasse este projeto.

Muito Obrigada

Título: Falcoaria Real: Processo de inclusão ao Património Cultural e Imaterial da UNESCO

Resumo

A presente dissertação é apresentada em forma de um projeto, propondo-se elaborar o processo de candidatura da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos à equipa de suporte da proposta UNESCO que credenciou a Falcoaria como Património Cultural e Imaterial da Humanidade.

Este projeto pretende construir o programa de inclusão e refletir sobre a pertinência de apresentar uma candidatura e como no caso português esse procedimento poderá implicar a inclusão da Falcoaria no inventário nacional.

PALAVRAS-CHAVE:

Falcoaria

Falcões

Aves de Presa

Presas

Património Cultural Imaterial

Falcoaria Real

Salvaterra de Magos

Title: Royal Falconry: Inclusion process in UNESCO's Intangible Cultural Heritage

Abstract

The present dissertation is presented as a project, in order to detail the application process of the Royal Falconry of Salvaterra de Magos to UNESCO's support team, who qualified the Falconry as Intangible Cultural Heritage of Humanity.

This project intends to create an inclusion program and to reflect on the pertinence of submitting an application and how, in the case of Portugal, this process could involve the inclusion of the Falconry in the national inventory.

KEY – WORDS

Falconry

Falcons

Birds of Prey

Prey

Intangible Cultural Heritage

Royal Falconry

Salvaterra de Magos

Índice Geral

Agradecimentos	II
Resumo	III
Abstract	IV
INTRODUÇÃO	7
1 – Metodologia de Investigação	9
2 - Estado da Arte e Fontes	10
3 - Conceitos Operacionais	12
I - FALCOARIA	16
1.1 – A caça	16
1.2 - Falcoaria	20
1.2.1 - Tratados de Falcoaria	22
1.2.2 - Falcoeiros	27
1.2.3 – Aves e Adestramento	31
1.3 – Salvaterra de Magos – Ruturas e continuidades	39
1.3.1 – A Falcoaria Real de Salvaterra de Magos	42
1.4 – O Património Português da Falcoaria	44
II - CANDIDATURA UNESCO	45
2.1 – Sustentabilidade da Candidatura	46
Em processo de inclusão (ver 2.2 - Inclusão da Falcoaria no Inventário Nacional do Património Cultural e Imaterial)	56
2.2 – Análise SWOT da candidatura portuguesa	58
2.3 - Inclusão da Falcoaria no Inventário Nacional do Património Cultural e Imaterial	60
2.4 - Utilização da Falcoaria no controlo de pragas	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
Fontes e Bibliografia	82
ANEXOS	I

Índice de Quadros e Ilustrações

Quadro 1 – “Breves referências a algumas das mais antigas leis sobre a prática da falcoaria durante o século XIII” citadas por Baêna e Bravo, 1998: p.390.	26
Quadro 2 – Aves Nobres	33
Quadro 3 – Utensílios de Falcoaria (Leite, 2011)	38
Quadro 4 - Quadro Resumo da Cultura de Arroz – Companhia das Lezírias	78
Ilustração 1 – Falcoeiro coloca emissor de telemetria na pata do falcão	35
Ilustração 2 - Recetor de telemetria	35
Ilustração 3 - Falcão Lanário no pátio na Falcoaria Real	36

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui o projeto de Mestrado do curso de Museologia, ministrado pela Universidade de Évora, durante dois anos letivos de 2010 a 2012, período durante o qual trabalhei simultaneamente na Falcoaria Real de Salvaterra de Magos, onde desde a data da inauguração, Setembro de 2009, faço o acompanhamento das visitas guiadas, juntamente com a equipa de falcoeiros, que tal como eu trabalham neste edifício. Estas visitas guiadas são divididas em duas partes, que se completam num todo, a primeira que está a meu cargo, resume-se a um enquadramento histórico do edifício e à evolução da caça com falcões no nosso país. Na segunda parte, também de vertente pedagógica e educativa, mas com um carácter mais ambiental e ecológico, é feita a interpretação das aves de presa da Falcoaria Real.

Foi com a maioria das espécies de aves que fazem parte desta “Exposição Viva”, que se caçava no século XVIII, nas Coutadas de Salvaterra de Magos. São essas mesmas espécies, que hoje também permitem que se faça controlo de pragas na agricultura, em aeroportos, aterros sanitários, entre outros serviços, de especial interesse para a saúde pública.

No ano seguinte da inauguração da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos, em Novembro de 2010, em Nairobi (Quénia) o comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural e Imaterial, reunido na quinta sessão, incluiu a Falcoaria na sua Lista representativa.

Foi um fantástico acontecimento, tanto do ponto de vista nacional como histórico - local, uma vez que Salvaterra de Magos mantém a única Falcoaria Real do país e da Península Ibérica. Uma notícia fantástica para todos os falcoeiros e amantes desta arte em todo o Mundo. E, para Portugal e Salvaterra de Magos uma oportunidade.

A importância cultural e política da Falcoaria, que facilita as práticas culturais entre comunidades, a preservação das espécies de aves de presa, conduzindo ao desenvolvimento de práticas económicas em torno desta atividade, foram motivos suficientes para que a UNESCO reconhecesse a importância da Falcoaria.

Foi esta minha atividade, acrescida da consciência da importância da Falcoaria que motivou a construção deste projeto, que tem como objetivo elaborar um processo de candidatura à equipa de suporte da proposta UNESCO, que credenciou a Falcoaria como Património Imaterial da Humanidade e comprovar que Portugal reúne todas as condições para fazer parte deste projeto. Esta decisão, espera-se, poderá trazer interessantes vantagens para o país.

A dissertação está dividida em dois capítulos, no primeiro é apresentada, de forma sintética a evolução da Falcoaria, com referencia aos tratados e leis que foram surgindo, para regulamentar esta prática, as coutadas reais e a forma como a caça- distração predileta da Corte Portuguesa- interfere no desenvolvimento cultural da Vila de Salvaterra Magos.

Mostrando o valor do património cultural, material e imaterial da Falcoaria em Portugal, para permitir compreender os motivos que levaram a família real portuguesa, a selecionar a Vila de Salvaterra, inicialmente como um destino de caça, e as condições que esta vila apresentava para que aqui se construíssem infraestruturas capazes de receber toda a corte e a sua comitiva.

Por último, uma análise ao processo de Candidatura que inclui a Falcoaria na lista do Património Cultural e Imaterial da Humanidade, sendo na última parte apresentado o processo e todas as justificações que comprovam a pertinência de Portugal fazer parte desta lista de onze países, que se uniram para ver salvaguardada a memória de um património com milhares de anos, que se encontra bem vivo, numa sociedade em constante mudança de costumes e tradições.

1 – Metodologia de Investigação

A metodologia de investigação deste projeto partiu de uma observação direta, pessoal e experimental de um trabalho quotidiano, que foi ajudando a construir a ideia do próprio projeto.

Inicialmente para melhorar a eficácia do trabalho, foi feita uma procura de legislação nacional e internacional que estivesse relacionada com este património imaterial de Falcoaria, ao mesmo tempo, surgiu a de necessidade de procurar saber donde vinha e como se desenvolveu a sua tradição. O recuso aos arquivos ia sendo comparado com a prática em Salvaterra.

A partir do momento em que se elegeu como projeto a inclusão de Portugal no processo apresentado junto da UNESCO, a procura de fontes foi-se aprofundando em várias direções. Primeiro, pela busca em arquivos sobre as referências à falcoaria, mas ao mesmo tempo, como esta ia transformando a vila, local escolhido pela corte para a prática desta atividade.

O contacto com autores investigadores permitiu entender que a construção da Falcoaria Real sustenta a intervenção de arquitetos de renome, como o de Carlos Mardel.

À medida que estas informações foram sendo organizadas, foi possível com o recurso a bibliotecas e produções historiográficas sobre a falcoaria, cujo balanço, à frente, será realizado.

Finalmente um levantamento bibliográfico ajudou a dar sentido a todo o material recolhido.

É neste contexto, que ganham importância a legislação nacional e internacional sobre a falcoaria e o património imaterial em geral, pois agora, trata-se de garantir a continuidade de uma atividade secular, salvaguardar a sua autenticidade e criar desenvolvimento.

2 - Estado da Arte e Fontes

A pesquisa documental realizada em arquivos públicos como o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em especial o fundo da Casa Real, permitiu perceber a forma como Salvaterra de Magos foi fortemente marcada pela presença da Corte Portuguesa, destino de eleição para as férias de inverno, podendo aqui deleitar-se com o seu passatempo predileto - a caça-, conjugando esta atividade com outras de grande apreço como o teatro de ópera e as touradas.

A Câmara Municipal de Salvaterra de Magos e o Arquivo do Ministério das Obras Públicas dispõem de plantas referentes à localização do Palácio e documentos da Montaria Mor do Reino, onde se descreve a chegada dos falcões, os ofícios e despesas da Falcoaria Real. Outras informações de especial interesse foram consultadas na Biblioteca Nacional da Ajuda, Biblioteca da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, sede da UNESCO em Portugal, Arquivo corrente da Companhia das Lezírias.

A consulta de documentação nos arquivos e bibliotecas acima apresentados, não dispensou a consulta prévia dos seus *sites* on-line, facilitando assim a pesquisa.

Foram também consultadas, leis, decretos-lei e convenções nacionais e internacionais, que estão relacionadas com a Salvaguarda do Património Cultural e Imaterial da Humanidade, tais como: Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage – International Committee for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage – Fifth session, Nairobi, Kenya, November 2010, Nomination file NO. 00442, Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage, Basic Texts (UNESCO, Intangible Cultural Heritage, 2009), Diretrizes Operativas para a Aplicação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. O Decreto- Lei nº 139/2009 de 15 de Junho, é uma peça legal decisiva dado

“que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial, em desenvolvimento do disposto na Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, que estabeleceu as bases da política e do regime de proteção e

valorização do Património Cultural e Imaterial, adoptada na 32.ª Conferencia Geral da UNESCO, em Paris em 17 de Outubro de 2003, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º12/2008, de 24 de Janeiro, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º28/2008, de 26 de Março” (Dec. Lei n.º139/2009, de 15 de Junho -DR- 1ª Serie n.113.)

Também de notar que a Portaria n.º 196/2010, de 9 de Abril – MINISTÉRIO DA CULTURA, que se refere os procedimentos para a inventariação do património cultural imaterial, indispensáveis para a política de proteção e valorização, cujos princípios orientadores foram instituídos pelo Decreto-Lei n.º139/2009, de 15 de Junho. A referida Portaria apresenta no seu primeiro ANEXO, a ficha de inventário do património cultural e imaterial, que será um ponto de partida para se dar início à inserção da “Falcoaria” no Inventário do Património Cultural Imaterial Nacional.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, em livros, artigos, revistas, boletins e teses de mestrado cedidas pelos autores, ou consultadas *on-line* e em bibliotecas, como são exemplo: a dissertação da Dra. Clara Maria Ferreira Bertrand Cabral, “*Património Cultural Imaterial – Proposta de uma Metodologia de Inventariação*”, segundo orientação da Professora Doutora Maria Celeste Rogado Quintino, Universidade Técnica de Lisboa, a dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX, de Maria Cristina Dias Joanaz de Melo, “*Coutadas Reais entre 1777 e 1824: Poder, Gestão, Privilégio e Conflito*”, apresentada em 1998, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O trabalho apresentado pela Doutora Rosana Marreco Brescia e pela Doutoranda Aline Gallasch-Hall, sobre “*O Teatro do Real Paço de Salvaterra de Magos: Arquitetura e Cenografia nas temporadas de 1762 a 1792*”, apresentado no 1º Encontro Nacional de Investigação em Música na Casa da Música do Porto, em Novembro de 2011. Este trabalho ainda não publicado, foi gentilmente cedido pelas autoras para consulta.

Existe muita documentação sobre a caça em Portugal, contudo, são poucos os autores portugueses que tenham escrito sobre Falcoaria, aqueles que o fizeram deram destaque à Falcoaria Real de Salvaterra de Magos, como é o caso de Baeta Neves, Carlos Crespo, Natália Correia Guedes e Joaquim Manuel da Silva Correia (ver as referências na bibliografia final).

É impensável falar de caça sem fazer referência às presas, como também não se pode escrever sobre o tema “Falcoaria Real” sem referir o trabalho realizado por Natália Correia Guedes que terminou a pesquisa iniciada pelo seu pai, Dr. Joaquim Manuel da Silva Correia (Correia & Guedes 1989). O autor em questão terá percorrido durante décadas arquivos e bibliotecas com o objetivo de publicar a história do Paço Real de Salvaterra de Magos, completando a genealogia da sua mulher, proveniente de uma família de Salvaterra, que descendia diretamente dos mestres falcoeiros que se deslocaram para esta vila no século XVIII, a fim de garantir o bom funcionamento da Falcoaria Real.

Esta é sem dúvida a melhor e mais completa pesquisa sobre a Falcoaria Real de Salvaterra que conheço.

Lamentavelmente, muita da documentação sobre o Palácio de Salvaterra encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, transportada pela corte Portuguesa quando se desloca para o Brasil, motivada pelas invasões francesas, o que a torna de difícil acesso.

No que diz respeito à pesquisa direta, foi realizado trabalho de campo especialmente com os Falcoeiros da Falcoaria Real, afetos à empresa “Bird Control”, que presta serviços de Falcoaria à Câmara Municipal de Salvaterra de Magos.

Estes falcoeiros, António Vicente de Almeida, Pedro Féria e Sebastien de Rédon, detentores de um “saber fazer”, que através da observação direta fui conseguindo compreender. O conhecimento que por eles me foi transmitido durante os últimos três anos, não me permite a prática nem sabedoria para treinar ou adestrar qualquer tipo de ave de presa, mas juntamente com a consulta de algumas obras bibliográficas, permitiu-me reunir uma série de conhecimentos teóricos capazes de abordar o ponto n.º 1.2.3 deste trabalho, sobre “Aves e Adestramento”.

3 - Conceitos Operacionais

Para compreender a primeira parte deste projeto, onde é abordada a caça e a falcoaria em Portugal, referenciando aspetos sobre o edifício da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos, é necessário diferenciar especialmente duas palavras – chave, falcoaria e

Falcoaria Real. A primeira refere-se a uma técnica de caça que pode ser definida da seguinte forma:

“A Falcoaria é uma arte muito antiga em que se caçam presas selvagens no seu habitáculo natural e se utilizam aves de presa treinadas” (Leite 2011:5)

No que diz respeito ao termo “Falcoaria Real”, este refere-se ao edifício construído em meados do século XVIII, na Vila de Salvaterra de Magos, classificada como Imóvel de Interesse Público, pelo Dec. Lei n.º39 175, DG de 17 de Abril de 1953, recuperado pela autarquia local, e inaugurado a 19 de Setembro de 2009.

Neste trabalho de projeto abordam-se, sobretudo, assuntos relacionados com o Património Cultural Imaterial, medidas de Salvaguarda e Convenções Nacionais e Internacionais, que pretendem sustentar a importância de incluir Portugal na candidatura na UNESCO, que classificou a Falcoaria como Património Cultural da Humanidade.

De modo a que esta proposta seja uma realidade, e não se torne um mero projeto académico, esquecido nas prateleiras de uma biblioteca qualquer, é necessário que se entenda e compreenda as definições de Património Cultural e Património Cultural Imaterial, a sua interpretação permite definir propostas e apresentar um projeto sustentável, que terá como objetivo salvaguardar a falcoaria, do ponto de vista imaterial e material, transformando este trabalho numa candidatura “ativa”.

O Património Cultural Português é segundo a lei n.º13/85 de 6 de Julho, revogada pelo art.º 114º da lei 107/2001, de 8 de Setembro, definido no artigo 1º *“constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devem ser considerados como interesse relevante para a pertinência e identidade da cultura portuguesa através do tempo”*. A sua valorização como disposto no nº1 do art.º 2.º da lei 107/2001 de 8 de Setembro define que nele integram *“todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesses culturais relevantes devam ser objeto de especial proteção e valorização”*.

Não são apenas os bens materiais que podem, ou devem ser considerados Património Cultural, embora ainda exista essa tendência, tem sido crescente o esforço tanto a nível

nacional como internacional para salvaguardar o património cultural imaterial, uma medida que possibilita a aproximação e o entendimento entre os seres Humanos.

A análise da candidatura UNESCO – que inclui a Falcoaria na sua lista de Património Cultural e Imaterial da Humanidade- só é possível depois de se fazer uma breve abordagem à evolução do conceito de *Património Cultural Imaterial* e a forma como está introduzido nas Convenções Internacionais.

Depois da adoção da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural em 1972, alguns estados membros demonstram interesse na proteção do Imaterial. É nesse sentido que em 1984, a Unesco adota a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore, sendo para esse efeito lançadas algumas medidas de incentivo como os Tesouros Humanos Vivos, Línguas em perigo no mundo e Música tradicional.

Em 1999 é criada uma distinção internacional intitulada “ *Proclamação das Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade*”, tendo sido realizadas três edições desta proclamação: 2001, 2003 e 2006 que apresentam distinções sobre os mais notáveis espaços culturais, formas de expressão popular e tradicional como é o caso das línguas, a literatura oral, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes e formas mais tradicionais de comunicação e informação.

O n.º 1 do art.º 2.º da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adotada em Paris, a 17 de outubro de 2003, define PCI como “*as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões - bem como os instrumentos, objetos artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu património cultural*” podendo ser manifestado em diferente domínios como refere o n.º 2 do mesmo artigo:

- a) *Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial;*

- b) *Artes do espetáculo;*
- c) *Práticas sociais, rituais e eventos festivos;*
- d) *Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo;*
- e) *Aptidões ligadas ao artesanato local.*

Uma das propostas apresentadas neste projeto é a inclusão da Falcoaria no inventário nacional do património cultural imaterial, instrumento indispensável para a política de proteção e valorização, cujos princípios orientadores foram instituídos pelo Decreto-Lei nº 139/2009, de 15 de Junho “*em desenvolvimento do disposto da Lei n.º107/2001, de 8 de Setembro, que estabeleceu as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, de harmonia com o direito internacional, nomeadamente com a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adoptada na 32.ª Conferência Geral da UNESCO, em Paris em 17 de Outubro de 2003, aprovada pela Assembleia da República n.º12/2008, de 24 de Janeiro, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º28/2008, de 26 de Março*”.

I - FALCOARIA

1.1 – A caça

A caça pode ser considerada como uma das atividades culturais e sociais mais antigas, tão antiga como a vida e longe de ser uma invenção humana (Ergert, 1999 :64). Os nossos antepassados foram espectadores do comportamento dos animais e por conseguinte das suas técnicas que utilizavam para capturar as presas. Em tempos mais remotos, foi utilizada pelo Homem para defender o seu habitat natural, deparando-se muitas vezes com predadores que ferozmente invadiam o seu território. Zelando pela sua segurança e garantindo o sustento das suas famílias, desenvolve técnicas cada vez mais sofisticadas para se impor aos seus adversários/ competidores do mundo animal.

Quando há milhões de anos os nossos antepassados trocaram a selva pela savana, deixando uma vida sedentária, alteram-se também seus hábitos alimentares, onde predominavam os vegetais, e convertem-se em caçadores (Leindecker, 1999: 12). Um Homem caçador, que embora apresentasse algumas desvantagens, como a força e a rapidez, em relação aos animais que caçava, desenvolve *“novas formas de comunicação e de cooperação para a caça, bem como a genial ideia de fabricar utensílios e adestrar animais que o auxiliassem nessa tarefa”* (Crespo, 1999: 5)

Com a domesticação de animais como porcos, vacas, ovelhas, coelhos, etc., o homem não precisa arriscar tanto, tendo em conta os riscos que a caça implica.

A necessidade de praticarem a caça em grupo fomenta o aparecimento de estruturas e rituais que deram lugar a formas de vida social concretas. É nesse sentido que se desenvolvem atividades paralelas, como o fabrico de armas, de vestuário, o treino de cães e cavalos para a caça, o adestramento de aves de presa, com a finalidade de ajudar o caçador, tornando-se símbolos do seu estatuto social (Crespo, 1999: 13).

Ao longo dos séculos, vão surgindo leis e normas que regem o direito à caça, aplicam-se multas, fazem-se cumprir penas. Tudo isto motivado pelo conflito da propriedade, do direito à caça, às espécies cinegéticas, e também pelo conflito de interesses entre caçadores e agricultores.

No Direito Romano, anterior ao de Justiniano, estava implícito que a caça era pertença do primeiro ocupante, que tinha o direito de proibir que se caçasse nessas terras, que eram suas por direito, como também exigir que se pagasse para o poder fazer (Saramago, 1994: 11).

É necessário perceber a definição “ Coutadas Reais” para compreender a complexidade em torno daquela que era a principal forma de distração da Família Real Portuguesa e da sua Corte – A Caça.

Existiam dois tipos de coutada, com um regime de utilização e exploração diferentes. Dividiam-se as coutadas reais em Coutadas de Caça, exclusivas do rei e Coutadas de Mata, de onde se retirava a madeira para a armada e arsenais da coroa (Melo, 1998: 11).

A sua gestão estava a cargo da Montaria Mor do Reino, que geria a exploração dos recursos agro-pastoris, florestais e cinegéticos, responsável também pelo seu policiamento.

A forma como as coutadas estavam divididas, a localização, e a sua transformação numa estrutura institucional autónoma, são fundamentais para entender o porquê do espantoso desenvolvimento da Vila de Salvaterra de Magos.

O que levou à Construção de um Paço Real nesta Vila? Qual o motivo para se construir em Salvaterra de Magos, a única Falcoaria Real do País?

A construção de paços reais nas coutadas da caça permitem entender a importância da caça para a família real portuguesa. No caso de Salvaterra de Magos, a vila apresenta uma magnífica localização, junto ao Rio Tejo e perto de Lisboa, facilitando quer o transporte da madeira para os estaleiros navais, quer uma fácil e rápida deslocação dos ministros do rei, que durante a jornada de caça a Salvaterra (durante 40 dias) traziam documentação para despacho (Melo, 1998: 127).

Para além da excelente localização e da riqueza dos solos agrícolas, da fabulosa Coutada de Caça (Mapa 1), a vila dispunha de uma vasta planície, que era fundamental para quem apenas pretendia assistir às caçadas,

“Férteis de veados, porcos e toda a espécie de caça; comodas para as montarias de cavalo, fáceis para as caçadas de lança e de espingarda, abundantes nas volatarias,

dispostas para o entretenimento das damas com tal comodidade que dos mesmos coches vêem alanceara os porcos, matar os veados correr as lebres, apanhar os coelhos e voar as aves tão suavemente e sem fadiga que na maior distância se escusa todo o desvelo, porque a fecundidade do sítio facilita os exercícios a quem os vê e a quem os segue” (Correia,1989: 56 ob.cit)

Se por um lado a proteção das coutadas de caça tinha como principal objetivo proteger as espécies cinegéticas, por outro lado também conduzia a vários conflitos entre as populações locais, que viam as suas culturas, única forma de sustento, serem muitas vezes destruídas por animais de grande porte, como veados e javalis. Nas coutadas de caça, estas espécies estavam destinadas exclusivamente ao rei, não sendo por esse motivo, permitida a sua captura, nem mesmo para defesa das terras cultivadas.

Tome-se como exemplo um edital de D. João V, que em 1777 aplica pena de morte, a todos aqueles que fossem apanhados em flagrante “delito de caça”, e que resistissem à prisão ou que fugissem aos guardas das coutadas.

Em Portugal o direito sobre as espécies cinegéticas era adquirido pelo caçador, apenas no momento em que as perseguia, feria ou matava. No entanto, o regime da coutada excluía aos moradores, rendeiros e foreiros a propriedade destas espécies e da exploração florestal, atribuindo essa exclusividade ao proprietário da base fundiária (Melo, 1998: 44).

Embora na maioria das vezes fosse encarada como uma demonstração de poder, privilégio de classe sociais economicamente mais favorecidas, o povo encontrava sempre forma de o fazer, estando a caça enraizada nos seus hábitos e costumes. Era também um excelente recurso alimentar, que por vezes utilizavam para comércio, vendendo-se a carne para alimentação e as peles para agasalhos.

Com finalidades diferentes, umas de distração, outras de sobrevivência, a caça permitia o contacto entre diferentes estatutos sociais, aproximando a nobreza do povo, participando os últimos como “batedores”, levantando a caça para os nobres, que por norma não recorriam a armas nem a armadilhas, utilizavam apenas o cavalo para perseguir a presa, tentando encurralá-la a fim de a capturar.

Patrícia Leite

As leis da caça foram aperfeiçoadas e modificadas ao longo dos tempos, com o intuito de proteger as espécies, impedindo que se extinguissem. Várias condicionantes podem limitar a sua prática, como é o caso dos incêndios, das secas, da extinção de animais, etc.

Os testemunhos documentais e iconográficos provam a importância que a caça conservou até aos nossos dias “*mesmo quando já perdeu muita da sua função como mera forma de obtenção de alimento*” (Ergert B. E., 1999) .

1.2 - Falcoaria

Após uma síntese da caça em Portugal e a forma como contribuiu para o desenvolvimento das populações locais, pretende-se destacar a Falcoaria - técnica de caça que utiliza aves de presa para capturar outras espécies.

Não sendo possível apontar com precisão uma data para o início da prática da Falcoaria, podemos balizar o seu aparecimento como uma forma de subsistência, utilizada pelo Homem, que desempenhava um papel de espectador ativo, assistindo à forma eficaz, com que falcões e outras aves de presa capturavam outras espécies, muitas vezes de porte superior ao seu.

Com o passar do tempo, o Homem percebe que ao invés de roubar as presas aos falcões, seria mais vantajoso treina-los a devolvê-las, sendo a partir de então possível falar-se de Falcoaria, momento em que surge a interação entre Homem e Falcão.

Ao Homem compete não só o adestramento dos falcões, como o seu bem-estar e segurança. Do falcão espera-se que utilize as suas verdadeiras e naturais qualidades de predador, em prol desta equipa, onde lhe cabe o papel de intermediário, aguardando a recompensa pelo seu desempenho.

Podemos apontar algumas datas, em que garantidamente já se caçava com aves de presa, como o exemplo de um baixo – relevo assírio, onde está representado um homem com uma ave no punho, encontrado nas ruínas de Korsabad, durante as escavações ao Palácio de Sargão II. Este é o mais antigo testemunho iconográfico que se conhece sobre falcoaria, que permite apontá-la como uma arte que se pratica, pelo menos, desde o ano de 1400 a. C. (ver fig.1)

No entanto, parece que ainda existem controvérsias relativamente a este testemunho, mencionado por diversos historiadores com datas distintas, 1700 a. C., 1350 a. C. e 722 a 705 a.C.

No Egito, os falcões surgem como uma representação da reencarnação divina do Deus Horus, Deus da Lua, do Sol e dos Faraós (Crespo, 1999: 7). Sabemos que era um animal

Patrícia Leite

sagrado, que não era utilizado para a caça, mas acreditavam que a sua imagem transmitia força e proteção, funcionando como amuleto da sorte.

Segundo os autores do livro “Oito Séculos de Caça em Portugal” a chegada desta arte à Península Ibérica tem dois focos de disseminação: um a norte a partir da Europa Central, através dos Visigodos (séc. V) outro a Sul, com os povos do Norte de África (Berberes) e do Médio Oriente (Árabes).

As primeiras referências sobre este tema em território português datam do ano de 506, quando as autoridades eclesiásticas proibem o Clero de praticar Falcoaria (Crespo, 1999: 63).

A Idade Média, sem dúvida, época de Ouro da Falcoaria em Portugal, assumiu na Europa uma técnica própria, incrementada junto do Clero, Nobreza e Povo. Foi também durante este período que a falcoaria deixa de ser uma simples forma de caça e passa a ser uma das distrações prediletas dos senhores medievais, “*Folgança e desenfadamento de príncipes e reis*” segundo a descrição de Fernão Lopes (Crespo, 1999: 12).

Os falcões são utilizados como demonstração de poder e grandeza, fazem parte de armas e brasões, considerados de tamanha importância, funcionam muitas vezes como moeda de troca, inseridos nos dotes de casamento das princesas e para pagamento de resgates de guerra (Crespo, 1999: 13).

“ *O Conde de Nevers, filho de Filipe, o Destemido, duque de Burgonha, foi feito prisioneiro dos Árabes na Batalha de Nicópolis. Aí visitou a falcoaria do sultão Bajazeto, que, segundo as descrições, albergava mais de sete mil falcoeiros e uma infinidade de aves de presa. O duque de Burgonha mandou então apresentar o sultão com doze raríssimos falcões brancos. Como prova de gratidão, o sultão concedeu a liberdade a seu filho*” (Baêna & Bravo 1998: 63).

Torna-se prática comum os homens ilustres fazerem-se representar empunhando um falcão, nos quadros, em selos, moedas, etc., como forma de evidenciar a sua importância

Tal como a sociedade, também os falcões eram hierarquizados, sendo utilizados conforme a graduação social dos seus proprietários.

“O gerifalte aos reis, os falcões aos príncipes e duques, as aves bastardas aos barões, o sacre aos cavaleiros, o ógea aos senhores, o esmerilhão às damas, o tagarote ao gentil-homem, o gavião aos clérigos, o açor aos alabardeiros, os peneireiros aos criados” (Crespo 1999: 13).

Carlos Crespo (1999) associa a derrota de Alcácer Quibir, ao primeiro declínio da Falcoaria em Portugal, que pode estar relacionado com uma nobreza que o autor caracteriza como “enlutada” pelo trauma sebastianista, que coloca de parte esta arte.

Podendo afirmar-se que, tal como o país, também a Falcoaria passou por um período de *interregno*. São poucas as referências documentais referentes à prática da Falcoaria em Portugal, durante a dinastia Filipina, no entanto é neste período que Diogo Ferreira, descendente de uma família de falcoeiros, na altura com sessenta anos de idade, edita o livro *“Arte da Caça de Altanería”*.

Como todo o desporto ou atividade que se pratica, a Falcoaria obedece a leis e normas que se foram incrementando ao longo dos anos. Escrevem-se no século XIII, os primeiros “Tratados de Falcoaria” europeus, tema que será alvo da próxima alínea deste trabalho.

1.2.1 - Tratados de Falcoaria

A Falcoaria tinha um grande peso na sociedade europeia oriental, transformando-se numa disciplina fundamental para a educação dos jovens de famílias mais abastadas. É a partir desta altura que reis e imperadores começam a pedir aos seus falcoeiros que compilem a matéria respeitante a esta disciplina, surgindo os primeiros tratados de falcoaria (Crespo 1999: 13).

Nestes manuscritos constam informações determinantes para o entendimento de todas as fases do adestramento das aves de presa, pelo que constituem um autêntico manual de instruções sobre a alimentação, higiene, saúde e demais cuidados a ter com falcões e açores.

Existe a preocupação por parte dos escritores destes tratados em deixar às gerações vindouras a tradição desta arte. Nem sempre a leitura destas obras é de fácil entendimento, estando na sua maioria escritas em latim, por autores que nem sempre

dominavam a língua na perfeição, dando origem a traduções que nem sempre são as mais corretas.

Atualmente quem se dedica às traduções destes tratados, tem como base outras traduções já existentes, remetendo por vezes a termos que nem sempre são os mais apropriados. Se por um lado, os autores destes trabalhos são conhecedores da língua, por outro lado, não conseguem decifrar alguns termos técnicos que implicam um conhecimento profundo desta arte.

Vejamos o exemplo de Frederico II de Hohestaufen (1194 – 1250), Imperador do Sacro Império Romano e rei da Sicília, um apaixonado pela natureza e conhecedor do desenvolvimento da falcoaria no Médio Oriente, que chama os melhores falcoeiros da Síria e da Terra Santa, pretendendo demonstrar toda a sua experiência redigiu o primeiro Tratado de Falcoaria - “ *De Arte Venandi Cum Avibus* ”

“ *O Assunto deste livro é a arte de caçar com aves, de cujas partes uma delas consiste em contemplar ou conhecer, que se digna teórica, a outra, no fazer, que se designa prática. E clarificando, uma parte é sobre a visão na generalidade, tanto do que respeita à parte teórica, como à prática, a outra sobre a reflexão na especialidade do mesmo assunto* ” (Silva, 2011: 31).

Este imperador era um grande avaliador de falcões, caçava habitualmente no pântano de Jesina, no sul do Gangano, em Pugliam na Itália. Junto à sua corte podiam encontrar-se vários vendedores ambulantes (Actualidades Ornitológicas On Line- nº 140, 2007).

A composição deste tratado demorou cerca de 30 anos, pois os autores sentiram necessidade de investigar mais sobre esta arte. Tarefa que não foi fácil, por não ser conhecida até então nenhuma obra completa sobre o tema, e também pelo facto daqueles que eram peritos, não a saberem transmitir com perfeição. Dedicando-se os autores aos exercício desta arte, tentando redigir com perfeição neste livro tudo aquilo que aprenderam com outros (Silva 2011: 32).

Este tratado está dividido em duas partes, a primeira é dedicada ao comportamento das presas e na segunda descrevem-se técnicas de adestramento. O manuscrito apresenta estupendas iluminuras sobre a arte de falcoaria (ver fig.2 e 3), adornada com mais de 500 miniaturas de aves de 80 espécies diferentes (Niesters, 1999: 171).

Trabalho onde o autor resume a sua experiência pessoal em falcoaria, descrevendo os trabalhos de falcoeiro, métodos de caça, colaboração dos cães e o comportamento das presas.

Em 1248, esta obra caiu nas mãos de inimigos, desaparecendo na segunda metade do século XIII. O exemplar a que hoje se pode aceder é uma cópia feita a pedido de Manfredo, filho deste imperador (Ergert 1999 : 102).

Em Portugal, as primeiras obras que se conhecem sobre Falcoaria, remontam ao reinado de D. Dinis, que recebeu críticas de pessoas que dizem perder os seus falcões e se queixam porque quem os encontra não os devolve.

É neste sentido que em 10 de Novembro de 1288, o rei informa por carta régia todos os proprietários de cargos ligados à justiça, que devem castigar todos aqueles que encontrem aves de caça e que se apoderem delas.

Informava ainda que todos os que encontrassem aves, por acaso, deveriam apregoar nas vilas tal achado, e que os seus donos deveriam recompensá-los em troca das aves. Essa recompensa variava consoante o sexo e espécie da ave. Quem as encontrasse e não as devolvesse, deveria ser castigado com penas semelhantes a outro roubo qualquer (Neves 1968: 24).

Ainda no reinado de D. Dinis, o seu falcoeiro, João Martins Perdigão, e o Mestre Giraldo (físico do rei) terão escrito sobre o assunto (Crespo 1999: 18).

Só uns anos mais tarde, por volta de 1380, se volta a escrever sobre o tema no “Livro de Falcoaria” (Fig.4) a pedido de D. Fernando que sendo um grande amante de caça encarregou um dos seus mais experientes falcoeiros, Pero Menino de redigir esta obra, que aborda essencialmente aspetos relacionados com doenças dos falcões, que o autor descreve e identifica com a sua experiência pessoal, sem com isso menosprezar a ciência alheia.

Ensina também os falcoeiros a curar as suas aves, com mezinhas e tratamentos minuciosos. *“Sucedem-se as frases umas às outras, empurrando o falcoeiro para o saber directo e para a atenção profissional de médicos de doentes mudos”*(Martins 1972: 5).

“ Dom Fenando, pella graça de Deus Rey de Portugal e dos Alguarves, mandou a mim Pero Minino, seu falcoeiro que lhe fizesse hu livro de falcoaria, no qual fosse escrito e declarado todas as doenças e os nomes dellas” (Osório 2004: 21)

A primeira referência a esta obra é feita por Gonzalo Argote de Molina, em 1588 “Nobleza de la Andaluzia” (Osório 2004: 22), traduzida para castelhano por Pero Lopes de Ayala que a incorpora no “*Libro de la Caza de las Aves*” em 1386, e por Gonçalo Escobar, no século XV. Também foi mencionada por Johan Fagund, falcoeiro de D. João II de Castela no seu tratado de falcoaria, mais tarde, no século XVII, em 1616 por Diogo Fernandes Ferreira, na *Arte de Caça de Ataneria* (Baêna & Bravo 1998: 87).

Nem sempre os falcões foram considerados como uma espécie protegida, podiam ser retirados dos ninhos, ou capturados em idade adulta através da utilização de armadilhas. A captura destas aves desenvolveu um mercado muito próprio que se dedica ao transporte e venda das mesmas, sendo os responsáveis pelo seu transporte muito bem reembolsados, como podemos comprovar no “*Rol de despesas que se fez com os 60 falcões de Islândia que vieram de Copenhagen*”, apresentado por Manuel Gomes da Silva (Correia & Guedes, O Paço Real de Salvaterra de Magos - A Corte, a Ópera e a Falcoaria., 1989). Baeta Neves faz referência a um documento publicado por António Gomes Ramalho, referente à lei de 25 de Dezembro de 1255, de D. Afonso III, onde o monarca determina:

“Proíbo firmemente que se apanhem ovos de açores, de gaviões ou de falcões e quem os apanhar, pagar-me-á dez libras por cada ovo e a sua apreensão. Ninguém pode apanhar açores senão 15 dias antes da festa de S. João Batista, mas se alguém o fizer pagar-me-á por cada açor dez morabitinos e sua apreensão. Ninguém pode apanhar gaviões ou falcões a não ser de três em e o que o apanhar pagar-me-á sem soldos” (Neves 1968: 23)

Este documento permite-nos perceber que, no século XVIII, em Portugal a prática da caça era feita de forma coerente, com aplicação de multas e penas para os transgressores, quer da captura de falcões nos ninhos, como os que violassem o direito

de propriedade ou defeso oficial, “*período em que não se podia caçar e em que se deixa a caça sossegada para reprodução e criação, ia desde o dia de cinzas até Santa Maria de Agosto*”. (Saramago, 1994: 23)

No quadro seguinte procuram-se sintetizar as principais normas sobre falcoaria produzidas em Portugal no século XIII.

Referências de algumas das mais importantes leis sobre a prática da Falcoaria em Portugal	
1210- D. Sancho I	<i>D. Sancho I concede aos cónegos de Coimbra isenção do encargo de hospedagem açoreiros e falcoeiros com aves d’El-Rei e de lhes darem cavalgadas que os conduzissem à Ribeira.</i>
1211 – D. Afonso II	<i>D. Afonso II liberta os “mesquinhos” da obrigação de lhe darem algavas para os falcões reais.</i>
1253- D. Afonso III	<i>Pragmática na qual é fixado o preço de diversas mercadorias, entre as quais: luvas de pele de corço ou gamo, para açor (custava 20 dinheiros). A melhor luva para gavião vendia-se por 15 dinheiros e de pele de carneiro por 10 ou 6 dinheiros. As cascavéis para açor custam 1 sólido, para gavião 8 dinheiros e os piós, 3 dinheiros. Para além disto, estabelece a proibição de apanhar ovos em ninhos de açor, gavião e falcão e de tirar aves de caça dos ninhos antes da quinzena que precede o S. João Baptista (24 de Junho).</i>
1288 – D. Afonso III	<i>Lei contra quem, por qualquer maneira, se aproximava dos açores, falcões e gaviões alheios e das alvissaras que o dono havia de pagar por cada espécie perdida e depois achada.</i>
1299- D. Afonso III	<i>“... El- Rei aya pera seu corpo oito bestas sa estrabaria e quatorze azêmalas, e dons monteiros de cavalo com duas besta, e nom sejam cavaleiros, e seus monteiros de pee tragam dous sabujos e três mouzinhos que tragam e guardem os alaaons...”</i>

Quadro 1 – “Breves referências a algumas das mais antigas leis sobre a prática da falcoaria durante o século XIII” citadas por Baêna e Bravo, 1998: p.390.

Também no reinado de D. João I é notória a preocupação com a proteção da caça. Os caçadores são proibidos de fazer qualquer armadilha, estipulando-se em 1407, multas e penas para quem desrespeitasse os princípios a que devia obedecer a caça. (Saramago 1994: 23).

Em 1468, D. Afonso V proíbe a “Caça ao Boi”, uma forma utilizada para capturar as aves, onde o homem se disfarça com a pele de um boi, aguardando que as presas se

aproximem para as capturar. Como forma de preservar a caça, proíbe também a utilização de armadilhas para capturar animais.

D. Luís Duque de Beja, filho de D. Manuel I, foi considerado um grande falcoeiro “*costumava passar alguma parte do inverno na Sua Vila de Salvaterra pelo grande divertimento de caça de que é abundante o país e a cujo exercício era sumamente inclinado*” (Correia & Guedes 1989: 56). Também D. Sebastião era adepto destas distrações por terras de Salvaterra e Almeirim.

Diogo Ferreira edita em 1616, a “*Arte da Caça de Altaneria*” apresentando o seguinte frontispício:

“Arte da caça de altenaria composta por Diogo Fernandes Ferreira moço da camara del Rei, & do seu serviço. Dirigida a D. Francisco de Mello, Marquez de Ferreyra, conde de Tentugal etc. Repartida em seis partes. Na primeira trata da criação dos gaviões & sua caç. Na segunda dos assores & sua caça. Na terceira dos falcões e sua caça. Na quarta de doenças & mezinhas. Na quinta de armadilhas e na sexta da passagem e peregrinação das aves. Com licença da S. Inquisição, Ordinário & Paço em Lisabona. Na oficina de Jorge Rodriguez. Ano de MDCXVI com privilégio real poir dez anos”.

O autor tinha na altura sessenta anos de idade, prepara esta obra durante o chamado Interregno, em que pairava o sentimento de derrota de uma nobreza enlutada pelo trauma sebastianista, afirmando que este passatempo se manteve até ao reinado de D. Sebastião e teria decaído sob o domínio filipino (Correia, Caça e tiro ao voo, 1964).

1.2.2 - Falcoeiros

Praticar falcoaria, como já foi referido, pressupõe a existência de uma interação entre o Homem e a natureza, uma atividade que exige trabalho de equipa, entre o homem o falcão e a presa. É através desse envolvimento que se alcança a essência desta arte, caçar com aves de presa.

O Homem, responsável por esta equipa, permite que com o seu empenho e dedicação se desenvolvam as medidas necessárias para que todos (homem, falcão e presa) consigam alcançar o fim pretendido – a caça.

É neste sentido que surgem os falcoeiros, responsáveis pelo adestramento das aves, muitas vezes considerados como um Deus – “Le fauconier est dieu”, conhecido ditado francês, proveniente de uma peça de teatro de Victor Hugo “Marion Delorme” onde o autor atribui esta exclamação ao rei Luís XIII, deixando transmitir o gosto deste monarca pela arte altaneira, homenageando os falcoeiros.

Ocupando lugar de destaque nas principais cortes europeias, o falcoeiro reunia qualidades que o colocavam mais perto do “paraíso” (Oorschot 1974: 11), como por exemplo a robustez física, que lhes permitia trepar árvores e rochedos ou a paciência que os ajudava a transformar aves de presa desconfiadas em auxiliares serviçais.

Uma boa visão e audição apurada deviam fazer parte das características dos falcoeiros.

Frederico II descreve-os como os representantes mais perfeitos da raça humana, e que deveriam saber nadar para poderem recuperar as aves, quando estas se entretivessem a devorar as suas presas no outro lado do rio (Ergert B. E., 1999: 105)

Eram Homens viajados e tinham contacto com diversas culturas. A sua presença em meios importantes fez com que ascendessem socialmente e se transformassem em verdadeiros cavalheiros, homens completos, amantes da natureza, que se distinguiam da vida leviana da corte.

Em Portugal, no reinado de D. Sebastião, em 1568, é aprovado o ofício de falcoeiro-mor, cargo entregue a uma pessoa da confiança do rei, que ficava responsável pela falcoaria real. O cargo foi extinto no reinado de D. João IV, por este o considerar bastante dispendioso para o erário régio, passando a fundir-se com o cargo de Monteiro – Mor do Reino (Crespo, 1999: 18).

Joaquim Correia (1989) afirma que o falcoeiro-mor estava no topo da organização acumulando o cargo de camarlengo e conselheiro do rei, o autor compara este ofício com o de ministro dos negócios estrangeiros.

Abaixo do cargo de falcoeiro-mor vinha o de mestre falcoeiro, responsável pela administração da falcoaria (Correia & Guedes, 1989: 59). Note-se que na Falcoaria Real de Salvaterra de Magos trabalhavam essencialmente falcoeiros estrangeiros em especial falcoeiros holandeses.

Tendo em conta um balanço realizado pelo mesmo autor, às despesas realizadas com a Falcoaria Real de Salvaterra no ano de 1778, podemos afirmar que nesse mesmo ano existiam na Falcoaria Real de Salvaterra de Magos:

- 2 Mestres
- 6 Oficiais
- 8 Ajudantes
- 2 Aprendizes

No entanto, J. Sousa (1981) descreve a estrutura profissional de Salvaterra de Magos, referente ao mesmo ano (1778), onde os falcoeiros representam uma percentagem de 2.38% com um número absoluto de 15 (Sousa, 1981 : 371).

Em 31 Março de 1821, quando a Regência do Reino toma a decisão de extinguir “todos os ofícios, incumbências e ordenados das pessoas empregadas na Real Falcoaria ordenando ao Marquês Monteiro-mor que procedesse ao Inventário e arrecadação de todos os objetos a ela pertencentes, constituindo depositário deles o Almojarife do Distrito, existiam nesta Falcoaria (Neves C. M., 1983: 34-36)

Mestres - 2

Henrique Waymans – 67 anos

Jacome Grima – 65 anos

Oficiais - 3

João Guilherme – 63 anos

Joze Huberto Véruven – 53 anos

Manoel de Faria – 40

Ajudantes - 4

Manuel Nogueira – 60 anos

Eloi Joaquim – 55 anos

João Hertrois – 39 anos

António Ricardo – 40 anos

Aprendizes -

Francisco Guilherme – 31 anos

Joze Joaquim Moraes – 28 anos

Médico - 1

Bacharel João António de Leão

Cirurgião - 1

Joaquim António da Fonseca

Ao analisar algumas descrições do transporte dos falcões, desde captura até à sua instalação nas falcoarias, destacando especialmente o caso português, podemos ter uma perceção mais concreta da importância social e política que a falcoaria tinha em Portugal em meados do século XVIII.

O transporte dos falcões para Portugal era da responsabilidade de falcoeiros holandeses, que estavam ao serviço do Rei da Dinamarca. Eram considerados os mais prestigiados falcoeiros europeus, fixaram-se em Salvaterra de Magos, foram os principais responsáveis pelo funcionamento da Falcoaria Real e facilitaram a aproximação entre esta nobre Vila Ribatejana e o Norte Europeu, especialmente com Walkenswaard (Várzea do Falcão).

Muitos dos falcões eram provenientes de ofertas ao rei português, pelo Grão-mestre da Ordem de Malta, ou pelo rei da Dinamarca, que detinha o monopólio do fornecimento de falcões gerifaltes às principais cortes europeias (Crespo, 1999: 21).

Estes falcões eram capturados na Islândia (território do rei da Dinamarca), treinados por falcoeiros de Walkenswaard, junto do castelo de Fredericksberg (Falcoaria Real: Exposição temporária realizada no Museu dos Coches, 1989: 97).

O transporte dos falcões era uma enorme aventura, e os momentos entre a partida e a chegada dos navios que transportam os falcões, caracterizados por uma enorme tensão. Tomemos o exemplo dos falcoeiros Verhagen e Verhoeven (padrasto e enteado) de

Walkenswaard, como os responsáveis entre 1731 e 1793, pela seleção, distribuição e administração de 4600 aves, divididas por príncipes e fidalgos.

Os falcões destinados à Península Ibérica eram, por vezes, entregues em Barbante aos falcoeiros que aí residiam, como é o caso de Dionisio Bijnen e Cristiaan Verhoeven, de Bergeyk, ou a Jacobus Weymans que se encontrava ao serviço da corte portuguesa (Oorschot J. V., 1974 : 25).

Alguns príncipes, de forma a inspecionar as aves, enviavam os seus próprios falcoeiros para as levantar. O transporte destas aves, o seu sustento e o dos falcoeiros durante longas viagens, que podiam demorar mais de um mês, era bastante dispendioso.

Por norma, os falcoeiros responsáveis pelo transporte dos falcões recebiam “lembranças” e “Gorjetas” dos reis e príncipes, que os recebiam, acabando os presenteados por ter mais despesa do que aqueles que ofereciam. *“Assim o barão Von Gram junta ao longo dos anos, uma colecção preciosa de tabaqueiras de ouro e de prata”* (Oorschot J. V., 1974: 26-27)

D. José segue à risca a tradição de que *“ao verdadeiro rei apraz mais dar que receber”*, e entre 1755 e 1761 oferece avultadas quantias em ouro (Oorschot J. V., 1974: 28), sendo durante o seu reinado e também no de D. João V que a falcoaria em Portugal atinge o seu apogeu.

1.2.3 – Aves e Adestramento

Em Falcoaria, podemos definir adestramento, como o treino de aves de presa, ministrado pelos falcoeiros responsáveis pela aprendizagem destes animais, que se encontram em estado selvagem, independentemente da sua proveniência ser de cativo ou do seu habitáculo natural. Adestradas, estas aves têm apenas um interesse em comum com o Homem, a caça.

O seu treino deve ser contínuo, requerendo muita paciência e dedicação, por parte do falcoeiro, que deve conhecer as diferenças de cada ave, preparando os treinos consoante diferentes características físicas e temperamentais.

Os séculos que separam os dias de hoje com o início desta prática, não são suficientes, para que se possam comparar “velhas” e “novas” formas de adestramento, pois as técnicas utilizadas atualmente não diferem muito das que se praticavam por exemplo na Idade Média, nem os objetos utilizados apresentam características muito diferentes.

“Paciência” e a “Metodologia” são o *username* e a palavra – chave do adestramento, que deve ser feito por várias etapas obrigatórias que são imprescindíveis à aprendizagem do falcão, por esse motivo não devem ser substituídas ou até mesmo ultrapassadas, de forma a garantir que a ave aprendeu corretamente todas as etapas e o falcoeiro sinta confiança no seu desempenho.

Não se deve confundir adestramento com domesticação, treinar aves de presa não é o mesmo que treinar um cão ou outro animal doméstico (Crespo, 1999: 91), as aves de presa, mesmo que treinadas, não vão deixar de ser animais selvagens, que nunca olharam para nós só pelo facto de lhe termos dado um nome, não vão gostar mais nem menos do seu tratador só porque este demonstrou afeto por ela, nem se vão sentir castigadas se contra elas decidirmos praticar qualquer ato mais punidor, sendo a quantidade da recompensa após o treino, a única possibilidade que os falcoeiros têm de lhes demonstrar o seu bom ou mau desempenho.

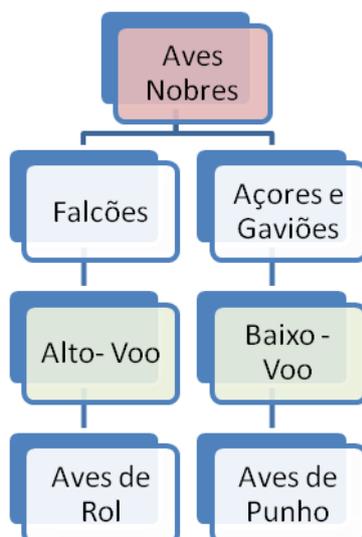
Como qualquer outro desporto ou atividade, existem utensílios de melhor ou menor qualidade, os que são mais conhecidos, os que se destacam numa determinada categoria, existem até “topos de gama”. Em falcoaria, as regras são as mesmas, existem aves que se destacam pela sua beleza, tamanho, rapidez e técnicas de voo, tudo depende da finalidade pretendida.

É neste contexto, que se distinguem as aves de presa em duas espécies, as “nobres” que pelo seu temperamento e “psiquismo generoso”, são as ideais para a caça, e as “ignóbeis” (peneireiros, águias, milhafres, abutres, etc.) que não reúnem todas as características necessárias (Crespo, 1999:37).

Os atributos físicos e psicológicos destas aves são determinantes para a sua capacidade e rapidez de voo, a forma de atacar e de prear. A própria alimentação as distingue, as aves “nobres” não se alimentam de cadáveres, são estes os verdadeiros falcões (género *falco*) e os Açores e Gaviões (género *Accipiter*) as “Ignóbeis” são todas as outras aves

rapaces, onde se incluem as águias, com um voo mais lento do que o das aves “nobres” a quem se atribui um psiquismo mais oportunista.

Dentro das “Aves Nobres” devemos distingui-las pela sua forma de voo e por ser uma ave de rol ou uma ave de punho (ver Quadro 2).



Quadro 2 – Aves Nobres¹

No “Alto-voo”, as aves voam a uma altura de 600 a 800 metros, é uma forma de voo praticada em **espaço aberto**, onde a ave é solta para que “remonte” (ascenda) sobre o terreno, esperando que o falcoeiro levante as presas que normalmente são aves com penas: pombos, faisões, perdizes, etc. A velocidade do seu voo pode atingir os 300km/h, no caso dos falcões peregrinos.

No que diz respeito ao “Baixo-voo”, técnica de caça onde açores e os gaviões perseguem a presa diretamente a partir do punho do falcoeiro, conseguindo de uma forma rápida perfurar todos os obstáculos, mostrando aqui a sua agilidade, que lhes permite a caça tanto na planície como montanha, em terreno limpo ou com arvoredo. Aves com estas características caçam normalmente animais com pelo, como é o caso dos coelhos e das lebres.

¹ - Quadro elaborado de acordo com a informação de Crespo (1999)

Nas aves “Nobres” também se distinguem as fêmeas dos machos, através do seu tamanho. Nas aves de presa as fêmeas são sempre maiores, por esse motivo são conhecidas por “*primas*”, e os machos por terem um terço do seu tamanho são conhecidos por “*terços*”. Diferem também a cor das penas dos juvenis e dos adultos, os primeiros apresentam uma plumagem mais acastanhada, sendo a dos adultos mais escura.

A Convenção de Berna, sobre a Vida Selvagem e os Habitats Naturais na Europa, assinada a 19 de setembro de 1979, durante a 3ª Conferência Europeia de Ministros do Ambiente, por um grupo de 9 países e pela Comunidade Económica Europeia (na qual Portugal se incluía). Atualmente, perto de 40 países são Partes Contratantes da Convenção de Berna. Em Portugal, o texto da Convenção foi publicado pelo Decreto-Lei nº 95/81, de 23 de julho. A sua regulamentação que decorre da aplicação do Decreto-Lei nº 316/89, 22 de setembro, determina a proibição de capturar falcões na natureza, como se fazia há séculos atrás. Por esse motivo, os falcões que se utilizam em falcoaria nasceram obrigatoriamente em cativeiro, a sua posse é tutelada por convénios internacionais, em Portugal, o Instituto de Conservação da Natureza é o organismo que superintende o processo de obtenção destas aves.

Como já referido, o adestramento destas aves está condicionado por um processo minucioso que requer muita paciência e dedicação e este empenho começa com o nascimento das aves, que pela sua proveniência de cativeiro, não têm pais que garantam o seu alimento, por esse motivo nos primeiros meses de vida são alimentadas sem necessidade de trabalho ou treino que garanta tal recompensa. Dias após o nascimento é colocada uma anilha na pata da ave, uma espécie de bilhete de identidade que a identifica a ela e ao seu proprietário.

A fase que se segue é colocar um caparão na cabeça da ave, objeto de couro ou cabedal feito à sua medida, que lhe tapa por completo a visão com o objetivo de a deixar mais calma e tranquila, este utensílio de falcoaria veio substituir a técnica utilizada anteriormente pelos falcoeiros que cosiam as pestanas dos falcões, com o mesmo objetivo, tapar-lhes a visão.

Patrícia Leite

O passo seguinte é garantir que o falcão se consiga equilibrar e alimentar em cima da luva, na mão do falcoeiro (ainda com o caparão na cabeça), local que a partir de então será considerado pelas aves como sinónimo de alimento. Com a evolução do treino, as aves vão conseguir permanecer calmamente na luva sem o caparão, começando a saltar da alcandora ou do banco, diretamente para o punho.

Os treinos e o adestramento vão evoluindo, bem como o comprimento do fiador até que chega o momento de testar a aprendizagem do falcão, sem nada que garanta o seu regresso. O falcoeiro liberta a ave, depois de a deixar livre por alguns minutos, volta a chamá-la, utilizando um som que ela identifique (apito ou assobio), fazendo girar o rol, para que ave o tente capturar, devolvendo-o de seguida.

Não existe nada que possa garantir o seu regresso, no entanto antes de soltar a ave, é colocado numa das suas patas, um emissor, de forma a conseguir identificar o seu paradeiro no caso de se perder.



Ilustração 1 – Falcoeiro coloca emissor de telemetria na pata do falcão



Ilustração 2 - Recetor de telemetria

a) Alimentação em cativeiro

As aves de presa são carnívoras e em cativeiro tenta-se que a sua alimentação seja o mais semelhante possível ao que seria se estivessem em liberdade, alimentando-se com diferentes tipos de carne de outros animais, que são conhecidos em falcoaria por “*viandas*” (Crespo, 1999: 76-77).

Como a maioria dos falcões são ornitófaos, carne de aves como galinha, frango, pombos e codorniz é normalmente utilizada como base da sua alimentação em cativeiro, devendo esta apresentar boas condições de higiene, e se possível de proveniência conhecida, evitando o contágio de doenças.

As refeições são sempre após o treino, uma vez por dia, nessa altura é também colocada à disposição das aves água para que possam beber e tomar banho.



Ilustração 3 - Falcão Lanário no pátio na Falcoaria Real

Só voltam a comer no dia seguinte após a plumada, altura em que regorjeiam os ossos e as penas que ingeriram na refeição anterior. Pesadas diariamente, sendo registado o seu peso, referência que permite saber se dispõe de condições para voar, uns gramas a mais podem fazer com que não regresse à luva. O controlo do seu peso desempenha um importante papel que permite detetar doenças. Uma perda de peso significativa poderá ser indício de que algo não está bem.

b) Utensílios

Embora os materiais com que se fabricam os objetos de falcoaria possam ter evoluído, os objetos em si continuam a ser praticamente os mesmos (comparar fig. n.º7 e 8. com fig. n.º9 e 10).

Se analisarmos alguns tratados de falcoaria, podemos perceber que muitos destes utensílios se encontram bastante atuais.

Alcândora: suporte onde se mantêm pousadas as aves.
Bancos: palavra holandesa que quer dizer tronco - tronco de cone invertido, geralmente de madeira, com haste inferior em ferro, que se crava no solo arrelvado do jardim, para repouso das aves de cetraria, ao ar livre.
Banho: Recipiente com água fresca e limpa, que está à disposição das aves para que possam tomar banho e beber água.
Bornal: bolsa de couro, de pendurar a tiracolo, que servia para transportar utensílios e alimentação para as aves.
Caparão: Capuz de couro para cobrir a cabeça das aves de cetraria, tapando-lhes a visibilidade, a fim de se manterem tranquilas
Cascavéis: pequenos guizos de metal que permitem ouvir a agitação das aves quando estas estão nas alcandoras, ou saber por onde andam quando são soltas para um voo
Piós: Correias de cabedal, com cerca de 15 a 20 cm de comprimento. Coloca-se um piós em cada pata do falcão, que vai permitir segurá-la a ave na luva, ou segura-la na Alcandora ou no banco. Num desses piós está colocado o nome do proprietário da ave, escrito numa pequena chapa.
Rol: também conhecido como “Falsa Presa”, é normalmente confeccionado com um pedaço de cabedal, onde são cozidas algumas penas, ficando assim com o aspeto de uma presa verdadeira
Apito: instrumento que produz um sinal sonoro, o qual as aves vão associar à comida.
Luvax: Normalmente é utilizada apenas a esquerda. Feita em cabedal serve para proteger a mão do falcoeiro das garras afiadas das aves
Avessada: correia com cerca de 1.5 a 2 metros de comprimento.
Tornel: Duplo – anel feito de metal, com eixo. Serve para ligar os piós e avessada, facilitando o movimento da ave
Varais: varas que formam um rectângulo, com quatro pés e suspensórios, para que seja possível ao falcoeiro levar mais do que uma ave para o campo de treino, sendo ainda possível que as restantes aves repousem, enquanto uma está a ser treinada.
Telemetria: Conjunto de emissor e recetor. O emissor é transportado pela ave, emitindo um sinal que é capturado pelo recetor, indicando a sua direção ao falcoeiro.
Balança: Essencial para registar diariamente o peso da ave, permitindo ter noção da quantidade de alimento que lhe deve ser fornecida.
Jardim: terreno relvado onde repousam as aves durante o dia e onde lhes é fornecido um recipiente com água fresca (Banho).

Mudas – Local onde permanecem as aves durante a época de muda das penas, pois fora desta época as aves são mantidas durante o dia no jardim e colocadas nas “Mudas” apenas ao anoitecer.

Peias: conjunto de piós, tornel e avessada.

[Quadro 3 – Utensílios de Falcoaria \(Leite, 2011\)](#)

1.3 – Salvaterra de Magos – Ruturas e continuidades

No século XVIII inicia-se um novo período de Falcoaria no nosso país, associado à construção da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos.

A localização junto do Rio Tejo, que permitia tanto a caça de aves ribeirinhas, como as garças-reais, a proximidade a Lisboa, a par das suas coutadas reais, onde abundavam as presas, podem ter sido condicionantes favoráveis para a construção de um Paço Real, de um teatro de ópera e também da Falcoaria Real, a única existente em Portugal e atualmente na Península Ibérica.

A caça foi o principal motivo para as frequentes deslocações da Corte portuguesa a esta Vila, que durante as temporadas da caça funcionava como uma espécie de “capital do reino”. Como prova servem alguns documentos e decretos assinados em Salvaterra de Magos durante esse período.

Alguns acontecimentos históricos mais relevantes permitem constatar que já desde o século XIII existiam em Salvaterra condições para poder receber Embaixadores, Cardeais e Bispos, como comprova o contrato de casamento da Infanta D. Beatriz com o Rei D. João de Castela, realizado nesta Vila em 1383 (Correia & Guedes, 1989:11).

Com foral desde 1295, outorgado por D. Dinis, e em 1517 por D. Manuel que lhe atribui um novo foral, a Vila de Salvaterra dispõe de um Paço Real que é reconhecido durante a dinastia filipina como um bom aposento régio.

Era grande a preocupação dos monarcas em manter estas instalações em perfeitas condições, garantindo o financiamento de diversas obras de recuperação e ampliação do Paço.

Filipe II atribui a este Paço, um orçamento anual para conservação e ampliação de oitenta mil réis, verba que se considera razoável quando comparada à que foi dada para os Paços de Lisboa, no valor de duzentos mil réis.

As obras decorrem durante vários reinados, considerando-se a época áurea deste Paço no reinado de D. José, altura em que é construída a Casa da Ópera.

A Caça podia ser o principal atrativo para as deslocações da Corte a Salvaterra de Magos, no entanto a vila oferecia uma série de distrações equiparada a um centro de cultura por excelência, onde para além de se ocuparem da sua forma de desenfadamento predileta – a caça, podiam ainda assistir ao Teatro de Ópera.

As memórias paroquiais redigidas pelo Padre Cerqueira em 1758 referem que *“Sobressai a toda esta Villa a iminência da Casa da Ópera de Sua Magestade e adjunto a esta o Palácio Real”* (Correia & Guedes, O Paço Real de Salvaterra de Magos - A Corte, a Ópera e a Falcoaria., 1989).

O Teatro Real de Salvaterra foi inaugurado a 21 de Janeiro de 1753 com a ópera *“Didone Absoluta”*. A sala com uma lotação para 500 pessoas recebia para além da Família Real e da Corte, Ministros, Fidalgos entre outros convidados (Planta 1).

A Ópera começava por volta da seis e meia da tarde e terminava quatro horas depois, alternando-se as distrações em Salvaterra, com a caça a começar pela manhã e a ópera no final do dia.

“ Para «alívio do trabalho e das tristezas» das noites grandes naquela estação do ano, D. José levava consigo os grandes actores da ópera; e ali fez representar o mesmo que em Lisboa com músicos de maior preço, que «nunca haviam saído de Itália» ” (Estevam, 1959 : ob.cit.p55)

Através dos dados referentes às dimensões do Palácio e do Teatro, podemos ter uma perceção do número de pessoas que se deslocava a esta vila, durante a estada da família real, de toda a logística que era necessária para garantir estada, alimentação, transporte e distrações para tanta gente. Justifica-se também o facto da existência de edifícios de grandes dimensões. O Paço compreendia uma área coberta de 8400m² com aposentos para a família real e toda sua comitiva: nobres, oficiais da Casa Real, artistas de ópera e operários.

O terramoto de 1755 provocou danos consideráveis, decorrendo nos quatros anos que se seguiram à catástrofe obras de recuperação dirigidas pelo arquiteto Carlos Mardel e João Frederico Ludovice, responsáveis também pela reconstrução de Lisboa.

Foi neste contexto que no século XVIII se constrói a Falcoaria Real em Salvaterra de Magos, construindo-se edifícios próprios para acolher falcões e falcoeiros.

Esta vila reunia todas as condições para a construção da única Falcoaria Real portuguesa, como já foi mencionado, a sua localização geográfica, a proximidade com o Rio Tejo, que facilitava a caça a aves pesqueiras, e as suas magnificas coutadas, foram certamente uma mais-valia.

Durante o reinado de D. Maria I e de D. João VI, esta atividade começa a decair, tendo estes monarcas um especial interesse na montaria e na caça às perdizes, embora se tenha mantido o funcionamento da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos (Melo, 1998).

A fuga da família real para o Brasil, motivada pelas invasões francesas, o clima de instabilidade política, dá origem a um novo declínio na Falcoaria em Portugal, entenda-se declínio desta prática de caça e do edifício. A caça estava tão enraizada nos costumes da corte portuguesa, que chegam a ser enviadas perdizes para o Rio de Janeiro, para que o rei se pudesse distrair com um dos seus passatempos de eleição.

“O Príncipe, lá do Brasil, preocupado com as perdizes que não chegavam vivas à corte do Rio de Janeiro, impedindo-o de se divertir na caça, punha em causa a atuação do Monteiro Mor em exercício” (Melo, 1998: 59)

Nem as invasões francesas, nem a decadência do edifício da Falcoaria Real de Salvaterra, o aperfeiçoamento das armas de fogo ou até mesmo a abolição das coutadas reais, conduzem ao *“ao aniquilamento total: um que outro cetreiro, um que outro agrupamento, mantiveram na Europa a chama viva de um fogo antigo”*. (Bravo,1982: 484)

1.3.1 – A Falcoaria Real de Salvaterra de Magos

Sem acesso ao projeto inicial da Falcoaria Real, podemos dizer que a sua construção apresenta características da arquitetura pombalina (séc. XVIII), atribuindo o seu projeto aos arquitetos João Frederico Ludovice e Carlos Mardel, que por esta altura promoviam obras de recuperação no Paço de Salvaterra.

Um dos pormenores interessantes da sua construção é o facto de a fachada do edifício que se encontra no pátio interior da Falcoaria ser igual à fachada principal do atual edifício da Câmara Municipal (ver fig. nº12 e 13).

Ambos com planta rectângular com dois pisos, fachada principal com três panos sendo o central marcado por dois laços de escadas divergentes, com guarda plena que se juntam num patamar do qual se tem acesso ao 2º piso.

2.3.1.1 -Caracterização Arquitetónica

Gordalina, caracteriza a construção da Falcoaria Real da seguinte forma:

“Planta centralizada, composta, regular e simétrica. O edifício da Falcoaria compreende um conjunto de oito corpos de plantas quadrangulares e rectangulares regulares, dispostos alternadamente em torno de um pátio quadrangular, um pombal de planta circular localizado fora do pátio, a NO., e um pátio secundário fechado por muro com pequena construção, a SO. do conjunto principal. Os corpos são térreos, exceptuando os dois que definem o eixo principal do conjunto, no sentido SE.- NO., de dois pisos, com portas centralizadas e fachadas simétricas estabelecendo entre ambos uma ligação axial, o primeiro correspondente à fachada principal, o segundo outrora comunicante com o pombal através de uma galeria abobadada. Cobertura em cúpula no pombal e coberturas diferenciadas em telhados de quatro águas em alguns dos restantes corpos, encontrando-se as de outros já em completa ruína. Fachadas de pano único, rasgadas por janelas e portas rectangulares de verga recta e em arco abatido, com molduras lisas de cantaria, encontrando-se alguns dos vãos entaipados; Fachada do corpo NO. virada ao pátio, com acesso principal ao nível do segundo piso, através

de escadaria de dois lanços rectos e convergentes, rasgada inferiormente por túnel que daria acesso à galeria do pombal; Corpo NE. recuado em relação ao exterior, formando pequeno pátio de planta rectangular alongada, fechado por muro alto. POMBAL constituído por um torreão circular de 8 metros de altura, com cobertura em cúpula, aberta por quatro lunetas para entrada e saída das pombas; muros exteriores contrafortados; INTERIOR com 5,30 m de diâmetro e paredes vazadas por 305 nichos quadrangulares para as aves, munidos de poiais e formando sete registos; dois tirantes de ferro, cruzados, ao nível do tambor” (Gordalina, 1992/1993)

Ao analisarmos as figuras nº 14 e 15, percebemos que Falcoaria Real de Salvaterra de Magos seguiu as tendências de construção de outras falcoarias europeias.

No século XVIII, este edifício era dividido em três repartições, cada uma com um mestre falcoeiro, auxiliados por vários oficiais ajudantes e aprendizes, dependentes do monteiro mor.

Na década de 50, a Direção dos Serviços dos Monumentos Nacionais e a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos iniciaram o processo de classificação deste edifício, assim como da Capela Real e das Chaminés do Paço. O processo decorreu durante cerca de três anos, e em 17 de abril de 1953 a Falcoaria Real é classificada como Imóvel de Interesse Público (Dec. Lei n.º 39 175, DG77 de 17 de Abril de 1953).

Posteriormente, o edifício foi vendido em hasta pública e os seus proprietários alteraram em muito a sua traça original, substituindo telhados por exemplo. Os pátios da Falcoaria Real transformaram-se num encontro de pequenos quintais, utilizados por várias famílias, que alugavam as dependências deste edifício, para habitação, festas de casamento, picadeiro, celeiro de palha, galinheiros... etc., foram os cenários em que a Falcoaria Real se transformou durante o século XX.

Em 1990, a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos adquiriu o Imóvel à família do Conde Monte Real, o edifício apresentava evidentes sinais de ruína e decadência (fig.17-19). Com a consciência da importância patrimonial que este edifício e todas as atividades que sustentem a sua construção na vila de Salvaterra de Salvaterra de Magos,

em 2007 iniciam-se as obras de recuperação, preservando a memória de um dos mais importantes testemunhos da história desta vila.

Depois de um enorme esforço de pesquisa, onde estiveram envolvidos, técnicos de diferentes áreas, assegurando que se tomavam as medidas necessárias, para uma recuperação que fizesse sentido, tanto do ponto de vista histórico como arquitetónico. A participação neste projeto de profissionais de falcoaria, fez sem dúvida toda a diferença, pois embora a existência deste edifício fosse do conhecimento de todos, e os relatos do que terão sido as pomposas caçadas em Salvaterra estivesse bem presente no imaginário de muitos, que como eu ansiaram por esta recuperação, a arte da caça com falcão, esteve durante décadas adormecida, tão adormecida como a profunda decadência deste edifício.

Reinaugurada a 19 de setembro de 2009, a Falcoaria Real, reúne hoje todas as condições para ser considerada um centro de interpretação e educação histórica e ambiental que dispõe de um pequeno auditório, onde são projetados filmes sobre caça e falcoaria, sala de interpretação de aves, restaurante, alojamentos, sala de exposição permanente, sobre a evolução da caça ao longo dos anos, Pombal e casa de chá (ver fig. 20 e 21)

1.4 – O Património Português da Falcoaria

A Falcoaria foi tema, em muitos estados de arte por todo o Mundo. Desde falcões mumificados no Antigo Egipto, embora não se praticasse caça com eles, eram considerados tão especiais que recebiam culto como as divindades. Símbolo de poder e prestígio em muitos países, os falcões e outras aves de presa foram representados em pinturas rupestres e posteriormente em fontes escritas (Niesters, 1999).

Ao longo dos séculos, muitos artistas dedicaram muitas das suas obras aos falcões, aos falcoeiros e à arte da falcoaria e a tudo o que esta prática envolve.

Portugal não foi exceção e reúne uma série de obras, que comprovam o impacto da Falcoaria no país. No Anexo 1 faz-se um levantamento preliminar do material que atesta esse impacto.

II - CANDIDATURA UNESCO

Depois de um trabalho de equipa, onde vários países envolveram numa candidatura, aldeias, tribos, famílias e indivíduos, clubes de falcoaria, associações de falcoaria, centros de cria de falcões, fabricantes/comerciantes de equipamentos de falcoaria, artistas, poetas e falcoeiros profissionais (Heritage, 2010) com o objetivo de verem desenvolvidas medidas de Salvaguarda de um património milenar como a Falcoaria, no dia 16 de novembro de 2010, o Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural e Imaterial da UNESCO, reunido na sua 5ª sessão, inclui a Falcoaria, na sua lista do Património Cultural da Humanidade.

Abu Dhabi assumiu a liderança e a coordenação deste projeto, apresentado pela primeira vez na história da UNESCO por onze países: Bélgica, República Checa, França, Coreia, Mongólia, Marrocos, Qatar, Arabia Saudita, Espanha, Síria e Emirados Árabes Unidos, que individualmente incluíram a Falcoaria no Inventário Nacional do Património Cultural e Imaterial com uma candidatura considerada como “um excelente exemplo de cooperação entre as Nações”.

A UNESCO declara a Falcoaria como uma atividade onde predadores e presas evoluíram juntos durante milhões de anos, sendo a sua interação um “drama antigo”, estando o falcão adaptado para caçar a presa, e a presa preparada de muitas maneiras para escapar do seu predador.

O novo estilo de vida das populações, cada vez mais agitado e a crescente urbanização, apresentam algumas condicionantes para a prática da Falcoaria, surgindo a necessidade de preservar um conjunto de tradições comuns, e um conhecimento que é universal, partilhado por milhares de falcoeiros em todo o mundo.

A falcoaria foi identificada e definida como uma das mais antigas relações entre o homem e a ave, uma relação com mais de 4000 anos, como já a definimos anteriormente neste trabalho.

Nesta proposta de Salvaguarda, a viabilidade da Falcoaria assenta essencialmente em cinco pilares de sustentabilidade: os falcoeiros, os falcões, os habitáculos, as presas e a sociedade, estes apresentam, individualmente, medidas de salvaguarda que permitem

justificar a extensão de outros países, como é o caso da Bulgária, Itália, Eslováquia, Eslovénia, Turquia, Cazaquistão e agora Portugal.

O prazo indicado para a aplicação é no final de Março de cada ano. Foi decidido pelos líderes dos Emirados Árabes Unidos que, este ano, em Março de 2012, não seria possível realizar mais nenhuma proposta de extensão, pois está em curso a proposta da Áustria e da Hungria, que deverá ser inscrita em Novembro de 2012, numa sessão da UNESCO, em Granada, fazendo um novo record de 13 países.

Os novos países a aderir à próxima extensão – Março de 2013, serão inscritos na UNESCO em Novembro de 2014.

2.1 – Sustentabilidade da Candidatura

Utilizando a pesquisa apresentada na primeira parte deste trabalho de Mestrado, informações recolhidas ao longo destes três anos de contacto com o dia- a – dia de uma Falcoaria e a consulta de fichas de candidatura dos países já incluídos e de outros que se pretendem candidatar a esta lista representativa, foi preenchida, uma Ficha individual para uma possível candidatura portuguesa.

Os critérios de preenchimento desta ficha obedecem aos parâmetros definidos pela UNESCO, para a inscrição em Listas Representativas do Património Cultural Imaterial que podem ser consultados em <http://www.unesco.org/culture/ich/en/forms/> .

Para que Portugal possa fazer parte desta lista representativa, deverá ser apresentada uma nova candidatura de todos os Países, dos que já pertencem e dos que fazem intenções de pertencer.

Será que em Portugal se reúnem todas as condições que sustentem a sua candidatura?

Vejamos!

FICHA DE CANDIDATURA PORTUGUESA

Formato de Candidatura para inscrição na Lista Representativa

Folha de Rosto

A. Estado Parte

Portugal

B. Nome do candidato

Falcoaria – arte de caçar com aves de presa

C. Comunidade (s) grupo (s) ou se aplicável, indivíduos envolvidos

Em Portugal a Falcoaria é praticada tanto por homens como por mulheres. Os caçadores cetreiros portugueses, são na sua maioria, sócios da Associação Portuguesa de Falcoaria, que neste momento conta com cerca de 60 associados.

D. Breve descrição do candidato

Falcoaria - técnica de caça, que envolve aves de presa treinadas, tais como falcões, açores ou gaviões, o Homem/Falcoeiro e as presas. Atividade que permite uma interação entre Homem e Falcão, utilizada inicialmente como forma de subsistência e posteriormente como um desporto de elite.

Um dos objetivos desta caça é essencialmente utilizar as excelentes capacidades dos falcões para capturar presas e treina-los a devolver-las, recompensando-os por isso com carne fresca.

Nomeação

1. Identificação do candidato

1.a. Nome do candidato

Falcoaria - Arte de caçar com aves de presa treinadas, que podem ser falcões, açores, gaviões entre outras. Utilizada inicialmente como uma forma de subsistência que com o passar dos tempos se foi transformando numa demonstração de prestígio e poder.

1.b. Outro (s) nome (s) do candidato, se existir

Cetraria, Volataria, Altanaria

1.c. Identificação da (s) comunidade (s), grupo (s) ou indivíduo (s) envolvidos e a sua localização

Em Portugal a Falcoaria é praticada tanto por homens como por mulheres. É praticada por cerca de 60 caçadores cetreiros, uns amadores e outros profissionais, ambos inscritos na Associação Portuguesa de Falcoaria, e com carta de Caçador Cetreiro.

A Falcoaria é praticada de norte a sul de Portugal Continental e também nas ilhas.

1.d Localização geográfica e extensão do candidato

Situado no extremo sudoeste da Europa, Portugal Continental faz fronteira apenas com um outro país, Espanha. O território é dividido no continente pelo rio principal, o Tejo. A norte, a paisagem é montanhosa nas zonas do interior com planaltos, intercalados por áreas que permitem o desenvolvimento da agricultura. A sul, até ao Algarve, o relevo é caracterizado por planícies, sendo as serras esporádicas. Outros rios principais são o Douro, o Minho e o Guadiana, que tal como o Tejo nascem em Espanha. Entre os rios que têm todo o seu percurso no território Português temos o Vouga, o Sado e o maior, o Mondego.

Portugal está localizado no Sudoeste da Europa, cujo território se situa na zona ocidental da Península Ibérica e em arquipélagos no Atlântico Norte, o território português tem uma área total de 92 090 km², delimitado a norte e leste por Espanha e a sul e oeste pelo oceano Atlântico, compreendendo uma parte continental e duas regiões autónomas: os arquipélagos dos Açores e da Madeira. Portugal é a nação mais a ocidente do continente europeu.

1.e. Domínio representado pelo candidato

Em Portugal, associa-se a derrota de Alcácer Quibir, ao primeiro declínio da Falcoaria, que pode estar relacionado com uma nobreza “enlutada” pelo trauma sebastianista, que coloca de parte esta arte. Podemos assim afirmar que, tal como o país, também a Falcoaria passou por um período de interregno. São poucas as referências documentais referentes à prática da Falcoaria em Portugal, durante a dinastia Filipina, no entanto é neste período que Diogo Ferreira, descendente de uma família de falcoeiros, na altura com sessenta anos de idade, edita o livro “Arte da Caça de Altanería”.

No Século XVIII surge um novo período áureo para a prática da Falcoaria em Portugal, com a construção da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos.

As Invasões Francesas e a consequente fuga da Família Real para o Brasil, ditam um novo período de decadência desta arte.

Podemos afirmar que à semelhança do que aconteceu noutros países, a falcoaria é uma arte fortemente enraizada nos costumes e práticas culturais de Portugal, que conseguiu sobreviver a batalhas, perdas de independência, queda da monarquia e descontentamentos políticos, sendo uma prática que começa a ser vista, para além do lazer, como uma prática alternativa e mais saudável para o controlo de pragas em aeroportos, aterros sanitários e agricultura, promovendo-se ao longo do ano vários eventos que têm como objetivo promover e divulgar a prática da Falcoaria.

A Falcoaria Real de Salvaterra de Magos (recuperada e reinaugurada em 2009) recebe diariamente visitantes nacionais e internacionais, que são acompanhados em visitas guiadas a este edifício, o qual foi durante o século XVIII e XIX a Falcoaria Real Portuguesa. Durante este acompanhamento, o visitante pode inteirar-se da vida dos falcões em cativeiro, das diferentes espécies de aves de presa que fazem parte do

Patrícia Leite

espólio permanente desta Falcoaria, visitar uma exposição sobre a evolução histórica da Falcoaria no nosso país, bem como assistir a demonstrações ao vivo de alto e baixo voo.

Anualmente realizam-se vários encontros promovidos pela Associação Portuguesa de Falcoaria, fundada em 1991, para representar os cetreiros portugueses e a cetraria, sendo a mesma membro da International Association for Falconry and Conservation of Birds of Prey. Nem todos os seus membros são praticantes de cetraria, embora a adesão esteja aberta a todos, desde que aceitem os estatutos em vigor. Em Portugal para se praticar Falcoaria é obrigatório ter a carta de caçador cetreiro.

A APF promove trocas de informação, organiza encontros de cetraria, cursos de iniciação à falcoaria e representa os caçadores nos exames para a atribuição da carta, apoia iniciativas na arte da cetraria, zelando pela ética e boa prática da modalidade. Tem como objetivos (art.º 3 Cap. I dos estatutos) a promoção, divulgação e prática da falcoaria, colaboração na proteção das aves de presa, dando cumprimento às determinações legais regentes.

Em todo o país decorrem anualmente várias feiras, com a presença de falcoeiros e das suas aves, estando a Falcoaria representada na Feira anual de Caça em Santarém.

2. Descrição do Candidato

A Falcoaria em Portugal é uma arte que se mantém viva desde o séc. VI até à atualidade. Ultrapassou várias crises governamentais, batalhas etc., nem mesmo o aperfeiçoamento das armas de fogo, ou a alteração de costumes e modas conseguiu eliminar a sua prática.

A existência de alguns testemunhos iconográficos permitem comprovar existência de uma forte tradição ceteira no nosso país, são exemplo: azulejos, pinturas, escultura, tapeçarias etc.

Promovem-se durante todo ano atividades que permitem garantir a viabilidade deste Património Cultural Imaterial, e que visam a interação das populações locais e da comunidade em geral, para que a população em geral/ público sinta que faz parte integrante deste património, facilitando o sentimento de identidade e continuidade.

Patrícia Leite

As Comemorações do Aniversário da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos (após recuperação) envolvem a população local em cortejos e desfiles. A Falcoaria está representada na maior parte dos eventos e feiras da Caça, como a Feira Nacional da Caça, em Santarém.

De forma a criar um convívio/diálogo entre os amantes/praticantes desta arte, a Associação Portuguesa de Falcoaria, representada no Conselho Nacional da Caça e da Conservação da fauna, promove anualmente vários encontros e reuniões para falcoeiros, bem como o acompanhamento e integração de novos cetreiros com estágios de falcoaria, preparando desta forma os aprendizes para o exame que lhes vai permitir obter a carta de caçador cetreiro. Para além dos sites e blogues nacionais sobre esta temática, a APF, promove um boletim semestral - NEBRI, que permite melhorar a difusão de informação entre os seus associados.

A prática da Falcoaria contribui para a educação e sensibilização do público em geral, é uma atividade que requer uma aprendizagem contínua e sobretudo um saber fazer, que se aprende com outros praticantes mais experientes, facilitando desta forma o diálogo e a transmissão de conhecimentos, tornando-se assim a falcoaria numa herança transmitida de geração em geração.

3. Contribuição para assegurar visibilidade e sensibilização bem como encorajar o diálogo

A Falcoaria é praticada em todo o território português, é admirada pelo público em geral, faz parte integrante das tradições de caça do país.

A entrada de Portugal na Lista Representativa do Património Imaterial será uma mais-valia para, não só aumentar o interesse das comunidades locais, mas também aumentar o prestígio, o bom nome e o *status* da Falcoaria, tanto a nível local como nacional.

A inscrição nesta lista irá permitir o crescimento do diálogo entre os falcoeiros e o público, sensibilizando-o para as vantagens desta prática.

4. MEDIDAS DE SALVAGUARDA

4.a Iniciativas recentes e atuais

Como forma de caça diferente, a Falcoaria foi inserida na lei de caça nº30/86. Para ser falcoeiro é necessário a admissão no exame para obtenção da carta de caçador, e é ainda exigido uma prova específica para a carta de cetreiro.

As aves utilizadas na caça têm de ter obrigatoriamente documentos da sua origem (convenção CITES), devem também possuir uma licença de caça anual que é emitida pela Autoridade Florestal Nacional.

Para além da prática vertente desportiva e lúdica, em Portugal a Falcoaria está também presente no controlo de aves nos aeroportos, garantindo a segurança das aterragens e descolagens, controlando a presença de aves indesejáveis. Tornou-se também numa atividade mais ecológica e rentável no controlo de outras pragas, em aterros sanitários, tanques de aquacultura, e também na agricultura.

O treino diário destas aves é muitas vezes um espetáculo de atração turística, para um público cada vez mais sensibilizado pela natureza e pela vida selvagem.

A Câmara Municipal de Salvaterra de Magos através do “Programa Operacional da Cultura”, com o apoio do Ministério da Cultura e com um projeto cofinanciado pelo FEDER, recuperou a Falcoaria Real de Salvaterra de Magos, que após décadas de abandono, volta a abrir portas.

Totalmente recuperada, a Falcoaria Real dispõe de instalações apropriadas para falcoeiros e falcões, um exposição sobre a evolução histórica da prática da Falcoaria, 2 Pombais, Restaurante, Alojamento (ainda não disponível) e uma Casa de Chá.

Faz parte do orçamento anual deste Município uma verba de cerca de 60.000€ para o pagamento a uma empresa de prestação de serviços, proprietária das aves residentes na Falcoaria Real e que garante o acompanhamento dos visitantes à exposição viva proporcionando-lhes um contacto mais próximo com o dia-a-dia de uma Falcoaria.

4.b. Medidas de proteção propostas

As medidas de proteção propostas para a inclusão de Portugal nesta lista representativa são:

- Em Portugal é muito caro obter o documento CITES para a aquisição e utilização das aves adquiridas no estrangeiro. Esta candidatura poderia facilitar a elaboração de medidas que aligeirassem este processo.
- Simplificar as formalidades administrativas para obter o estatuto de criador de aves de presa;

4.c. Compromisso dos estados e comunidades, dos grupos ou indivíduos envolvidos

- Aumentar o número de encontros entre falcoeiros, onde a população em geral possa participar como espectador ativo;
- Aumentar o número de formações e *workshops* sobre a prática da falcoaria;
- Assegurar a promoção de uma atividade rentável, que pode fazer toda a diferença no controlo de pragas na agricultura e aterros sanitários, recorrendo, entre outras formas promocionais à utilização de folhetos e apresentação junto aos empresários.
- Um Plano Estratégico, para a Falcoaria Real de Salvaterra de Magos, vai permitir que se criem métodos de trabalho. A sua implementação será necessária para que se estabeleçam metas e atinjam objetivos, permitindo que todas as pessoas envolvidas neste projeto conheçam um pouco melhor a Falcoaria Real, do ponto de vista interno e externo, canalizando os esforços de diferentes áreas de atuação como: turismo, marketing, publicidade, arquivo, história, etc. (ANEXO 2).

A Falcoaria é um forte potencial, do ponto de vista histórico, ecológico ou patrimonial, no entanto só isso não basta para que se atinja o sucesso deste projeto, nem este plano é garantia de sucesso. Ele ajuda a estipular as metas, define objetivos, permite que se distingam pontos fortes e pontos fracos, estratégias e oportunidades, mas não consegue prever o futuro, esse será sempre

incerto, facto que se verifica tanto a nível museológico como de qualquer outro sector que se pretenda implementar.

- Tornar a Falcoaria Real de Salvaterra de Magos a sede da Falcoaria Portuguesa, instalando também um centro de pesquisa documental sobre esta arte, incluindo espólios privados.
- Salvaterra de Magos como Capital Nacional da Falcoaria;
- Promover um encontro anual de Falcoeiros Ibéricos, com atividades e exposições de Falcoaria.
- Continuidade das Comemorações do Aniversário da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos, onde já se promove anualmente o "Desafio de Falcão ao Rol"
- *Workshops* de material de Falcoaria: caparões, rol, bornais, piós, etc.
- Uma exposição sobre Falcoaria, onde se reuniria todo o património móvel sobre esta arte, atualmente disperso em museus nacionais, ou mesmo de coleções privadas.
- Catálogo identificativo do Património sobre falcoaria existente no país.
- Criar um **Plano de divulgação da Falcoaria para as Escolas**, permitindo salvaguardar o carácter educativo, lúdico e ambiental desta atividade com séculos de História e Tradição. Este plano de divulgação escolar poderá ser apresentado em duas vertentes: Nacional, Regional e Local. Do ponto de vista Nacional, seriam projetadas visitas à Falcoaria Real de Salvaterra, ou a outros Centros, que permitissem um contacto mais próximo com aves de presa. No âmbito regional e local, aplicar-se-iam os mesmos que a nível Nacional, com o acréscimo da vertente da História regional e local.

Este Plano pode ser dinamizado em várias disciplinas, tais como: Ciências da Natureza, Biologia, História, Educação Visual e Tecnológica, Áreas de Projeto

- Os CTT de Portugal estão a elaborar uma criação de selos com a temática da Falcoaria;

As medidas em cima propostas serão asseguradas pela Associação Portuguesa de Falcoaria e pela Câmara Municipal de Salvaterra de Magos que já desenvolveram algumas destas atividades.

O trabalho diário dos falcoeiros permite que a Falcoaria se mantenha viva, ajudando simultaneamente a dinamizar e a divulgar esta prática.

A sua Inscrição na Lista representativa permitiria aumentar a visibilidade das tradições da Falcoaria Portuguesa, quer a nível local, nacional e mesmo internacional.

5. Envolvimento e acordo da comunidade

5.a. Participação das comunidades, grupos e particulares

Falar sobre a ideia da candidatura, envolver os Mestrados das universidades portuguesas com ligação ao Património, o Prof. Filipe Themudo Barata, a Câmara Municipal, a Associação Portuguesa de Falcoaria e todos os falcoeiros que de forma amadora ou profissional vejam nesta candidatura uma forma de valorizar a prática da falcoaria

5.b. Comunicação prévia e livre do acordo

Esta candidatura foi anunciada na Assembleia Geral de Falcoaria, sendo do interesse de todos os falcoeiros e membros da Associação, que se avance com a proposta.

5.c. Cumprimento das práticas, regulamentação da adesão

A Falcoaria é uma prática com mais de 5000 anos de história, as técnicas utilizadas atualmente são as técnicas que se utilizavam na Idade Média, a maioria dos tratados publicados nesta altura ainda se mantém bastante atuais no que diz respeito ao adestramento das aves e aos cuidados a ter com elas.

Hoje em dia, não é permitido capturar falcões na natureza, como se fazia anteriormente, existem mais medidas para a proteção destas espécies, que provêm obrigatoriamente de cativeiro. No entanto, a autorização para captura de falcões na natureza, prática comum em alguns países permitiria manter as técnicas utilizadas há vários séculos para a captura de aves de presa. Cada Falcoeiro apenas poderia ter em sua posse uma ave (capturada na natureza) que não podia ser emprestada ou vendida.

6. INCLUSÃO NO INVENTÁRIO

Em processo de inclusão (ver 2.2 - Inclusão da Falcoaria no Inventário Nacional do Património Cultural e Imaterial)

7. DOCUMENTAÇÃO

7.a Documentação exigida e complementar

Nesta candidatura pode ser apresentada alguma documentação adicional, nomeadamente:

Fotos

- Fotografias da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos;
- Fotografias de algumas atividades da Associação Portuguesa de Falcoaria;
- Fotografias da prática da Falcoaria em Portugal;

Mapas

- Mapas de Localização dos centros de cria e das falcoarias existentes em Portugal;

Livros

- Principal bibliografia portuguesa sobre o tema da falcoaria, já identificada na Bibliografia deste trabalho;

Vídeos

- Estão disponíveis online reportagens realizadas na Falcoaria Real de Salvaterra de Magos, que juntamente com outros já existentes se podem anexar a esta candidatura

<http://www.youtube.com/watch?v=ExVz38nwdO8>

7.d Lista de recursos adicionais

Patrícia Leite

Web sites sobre Falcoaria:

www.cm-salvaterrademagos.pt

8. CONTACTOS

8.a. Submeter estado membro

Portugal

8.b. Contacto do responsável para efeitos de correspondência

Ministério da Agricultura

8.c. Órgão competente envolvido

Ministério da Agricultura

8.d. Representante (s) ou organização (ões) comunitária (s) envolvida (s)

Câmara Municipal de Salvaterra de Magos

Associação Portuguesa de Falcoaria

Ministério do Ambiente

Sociedade Portuguesa para o estudo das aves – SPEA

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas – ICNF

Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade – ICNB

9 ASSINATURA EM NOME DO ESTADO MEMBRO

2.2 – Análise SWOT da candidatura portuguesa

Para se perceber a importância e exequibilidade deste projeto, procedeu-se a uma avaliação SWOT, cujo resultado ajudará a uma reflexão sobre a pertinência do projeto.

AMBIENTE INTERNO	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • O envolvimento de várias entidades nesta candidatura vai facilitar o diálogo sobre o tema – FALCOARIA • A Falcoaria de Salvaterra de Magos é a única Falcoaria Real existente na Península Ibérica. • Todos os países que estão presentes nesta lista representativa estão seguros que mesmo que uma nova candidatura seja rejeitada, prevalece a antiga candidatura; 	<ul style="list-style-type: none"> • Processo muito demorado; • Uma candidatura com várias entidades interessadas poderá dificultar algumas decisões;
AMBIENTE EXTERNO	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o nº de visitantes à Falcoaria Real de Salvaterra de Magos; • Aumentar o nº de Falcoeiros; • A Falcoaria Real de Salvaterra dispõe de todas as condições para se tornar na sede da Falcoaria portuguesa, bem como a sua área envolvente características apropriadas para o treino dos falcões, de um fácil acesso que permite ao público assistir aos voos. • Novas medidas de salvaguarda; • Novas políticas de desenvolvimento turístico e maior divulgação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Para novos países, no caso de uma nova extensão ser rejeitada, poderá bloquear mais extensões ou torna-las mais difíceis. <p>O crédito e a imagem da falcoaria seriam danificados no caso de uma rejeição.</p>

Patrícia Leite

Esta análise SWOT permite que se desenvolvam estratégias objetivas que minimizem os efeitos negativos dos pontos fracos, em prol das oportunidades apresentadas.

Os pontos fracos enumerados podem ser ultrapassados com um projeto que defina os objetivos e as competências de cada entidade, Câmara Municipal, Associação Portuguesa de Falcoaria e falcoeiros.

Apresentar aos países que já fazem parte desta lista representativa, a nossa candidatura para que entendam e sobretudo concordem com a adesão portuguesa.

Os pontos fortes e as oportunidades permitem que tanto a nível nacional e internacional se divulgue a falcoaria portuguesa, detentora de séculos de História e uma prática bem viva e ativa no nosso país.

Este projeto é uma oportunidade única que permitirá transformar a Falcoaria num património protegido, com vantagens de desenvolvimento evidentes proporcionando a recuperação da identidade, tornar-se numa base importante para o crescimento turístico da Vila de Salvaterra de Magos.

2.3 - Inclusão da Falcoaria no Inventário Nacional do Património Cultural e Imaterial

Para que esta candidatura seja possível, a primeira medida é incluir a Falcoaria no **Inventário Nacional**, como o fizeram a Áustria e a Hungria para entregar a sua proposta em Março de 2011 e como estão a fazer a Croácia e o Paquistão, para poderem apresentar a proposta de extensão desta candidatura.

Quer isto dizer que interessados em apresentar uma candidatura se devem focar essencialmente na lista de inventário nacional do património cultural que é individual para cada país e cada país tem diferentes exigências de documentação e prazos. Faz sentido que seja a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos a assumir a responsabilidade por esta candidatura, considerando que a Falcoaria Real reúne todas as condições para se tornar na “sede” da Falcoaria Portuguesa.

A esta proposta devem ser associadas todas as entidades de carácter individual e coletivo que considerem pertinente esta proposta, como é o caso da Associação Portuguesa de Falcoaria.

Estas entidades devem segundo o Artigo 11.º da Convenção (UNESCO, Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural e Imaterial, 2003) - “Papel dos Estados Partes” - adotar uma serie de medidas que consideram necessárias para a Salvaguarda do Património referente à Falcoaria, medidas essas que confirmem que em Portugal a Falcoaria é ainda um Património que está vivo e bem visível (Carapuço 2011: 21), sendo a Falcoaria Real de Salvaterra de Magos bom exemplo disso.

Incluindo a “Falcoaria” no **inventário nacional do património cultural imaterial**, responde-se, conforme disposto no Decreto – Lei nº 139/2009, de 15 de Junho, a um dos requisitos fundamentais impostos pela Convenção da UNESCO de 2003 para possíveis candidaturas à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade e à Lista do Património Cultural Imaterial que necessita de salvaguarda urgente.

Pedido de Inventariação da Falcoaria no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial

Ficha de Inventário da Falcoaria a Património Imaterial

I – IDENTIFICAÇÃO

1 - Domínio: de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Dec. Lei n.º139/2009, de 15 de Junho a Falcoaria é uma prática que abrange os seguintes domínios:

- a) Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural Imaterial;
- b) Expressões artísticas e manifestações de carácter performativo;
- c) Práticas sociais, rituais e eventos festivos;
- d) Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e universo;
- e) Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais;

2 – Categoria:

- I) Coleta e Caça;
- II) Criação e utilização de animais;
- III) Rituais coletivos;
- IV) Atividades lúdicas;
- V) Manifestações literárias, orais e escritas

3 – Denominação: Falcoaria

4 – Outras denominações: Cetraria, Altanaria, Volataria

5 – Contexto tipológico: Falcoaria é a arte de caçar com aves de presa treinadas, como falcões, açores, gaviões etc. É uma modalidade de caça praticada em Portugal desde o séc. XII e assinalada no território desde o séc. VI.

6 –

6.1. Contexto social:

6.1.1 Comunidade (s):

Atualmente a Falcoaria é praticada de norte a sul de Portugal Continental e também nas ilhas. Desde 2007, foi a Câmara Municipal de Salvaterra que proporcionou enquadramento institucional a uma política de recuperação da falcoaria.

6.1.2 Grupo (s)

A Falcoaria é praticada em Portugal por cerca de 60 caçadores cetreiros, sócios da Associação Portuguesa de Falcoaria e detentores da Carta de Caçador Cetreiro.

6.1.3 Indivíduo (s)

Em Portugal a Falcoaria é praticada por homens e por mulheres. Aos praticantes desta modalidade de caça dá-se o nome de *falcoeiros*.

Os falcoeiros são os responsáveis pelo treino e bem-estar das aves de presa.

Ocupando lugar de destaque nas principais cortes europeias, o falcoeiro reunia uma série de qualidades que o colocavam mais perto do paraíso (Oorschot 1974: 11), como por exemplo a robustez física, que lhes permitia trepar árvores e rochedos ou a paciência que os ajudava a transformar aves de presa desconfiadas em auxiliares serviços.

Uma boa visão e audição apurada deviam fazer parte das características dos falcoeiros.

O Imperador Frederico II descreve-os como os representantes mais perfeitos da raça humana, e que deveriam saber nadar para poderem recuperar as aves, quando estas se entretivessem a devorar as suas presas no outro lado do rio (Ergert B. E., 1999: 105)

Eram Homens viajados e tinham contacto com diversas culturas. A sua presença em meios importantes fez com que ascendessem socialmente e se transformassem em verdadeiros cavalheiros, homens completos, amantes da natureza, que se distinguiam da vida leviana da corte.

Em Portugal, no reinado de D. Sebastião, em 1568, é aprovado o ofício de falcoeiro-mor, cargo entregue a uma pessoa da confiança do rei, que ficava responsável pela falcoaria real. O cargo foi extinto no reinado de D. João IV, por este o considerar bastante dispendioso para o erário régio, passando a fundir-se com o cargo de Monteiro – Mor do Reino (Crespo, 1999: 18).

Joaquim Correia (1989) compara a importância e conteúdo funcional do ofício de Falcoeiro-mor com o de ministro dos negócios estrangeiros, que estava no topo da organização, no século XVIII, acumulando a função de camarlengo e conselheiro do rei e ao Mestre falcoeiro confiava-se a direção diária da falcoaria (Correia & Guedes, 1989: 59). Aqueles eram também cultos, viajados e tinham uma importância efetiva na Corte.

6.2 CONTEXTO TERRITORIAL (Responsável pela candidatura)

6.2.1 Local

Salvaterra de Magos

6.2.2 Freguesia

Salvaterra de Magos

6.2.3 Município

Salvaterra de Magos

6.2.4 Distrito

Santarém

Patrícia Leite

6.2.5 País

Portugal

6.2.6 NUTS II

Alentejo

6.2.7 NUTS III

Lezíria do Tejo

6.3 CONTEXTO TEMPORAL

6.3.1 Periodicidade

A Falcoaria é praticada ao longo de todo o ano

6.3.2 Data (s)

Para a caça: época que normalmente decorre de Outubro a Março. Para o controle de pragas e na sua utilização pedagógica e lúdica: todo o ano.

7 CARACTERIZAÇÃO

7.1 – Caracterização síntese

Caracteriza-se falcoaria como a arte de caçar, utilizando aves de presa treinadas para capturar outras espécies.

7.2 – Caracterização desenvolvida

A caça pode ser considerada como uma das atividades culturais e sociais mais antigas, tão antiga como a vida e longe de ser uma invenção humana (Ergert, 1999 :64). Os

nossos antepassados foram espectadores do comportamento dos animais e das suas técnicas de capturar as presas. Em tempos mais remotos, foi utilizada pelo Homem para defender o seu habitáculo natural, deparando-se muitas vezes com predadores que ferozmente invadiam o seu território, zelando pela sua segurança e garantindo o sustento das suas famílias. Desenvolve técnicas cada vez mais sofisticadas para se impor aos seus adversários/ competidores do mundo animal.

Quando há milhões de anos os nossos antepassados deixam a selva, onde mantinham uma vida mais sedentária e uma dieta alimentar essencialmente vegetariana, passando para a savana, alteram-se os seus hábitos alimentares, onde predominavam os vegetais, convertem-se em caçadores (Leiendecker, 1999: 12). Um Homem caçador, que embora apresentasse algumas desvantagens, como a força e a rapidez, em relação aos animais que caçava, desenvolve *“novas formas de comunicação e de cooperação para a caça, bem como a genial ideia de fabricar utensílios e adestrar animais que o auxiliassem nessa tarefa”* (Crespo, 1999: 5)

Com a domesticação animais como porcos, vacas, ovelhas, coelhos, etc., o homem não precisa arriscar tanto, tendo em conta os riscos que a caça implica.

A necessidade de praticarem a caça em grupo fomenta o aparecimento de estruturas e rituais que deram lugar a formas de vida social concretas. É nesse sentido que se desenvolvem atividades paralelas, como o fabrico de armas, de vestuário, o treino de cães e cavalos para a caça, o adestramento de aves de presa, com a finalidade de ajudar o caçador, tornando-se símbolos do seu estatuto social (Crespo, 1999: 13).

Ao longo dos séculos, vão surgindo leis e normas que regem o direito à caça, aplicam-se multas, fazem-se cumprir penas. Tudo isto motivado pelo conflito da propriedade, do direito à caça, às espécies cinegéticas, e também pelo conflito de interesses entre caçadores e agricultores.

No Direito Romano, anterior ao de Justiniano, estava implícito que a caça era pertença do primeiro ocupante, que tinha o direito de proibir que se caçasse nessas terras, que eram suas por direito, como também exigir que se pagasse para o poder fazer (Saramago, 1994: 11).

Embora na maioria das vezes fosse encarada como uma demonstração de poder, privilégio de classes sociais economicamente mais favorecidas, o povo encontrava sempre forma de o fazer, estando a caça enraizada nos seus hábitos e costumes.

Era também um excelente recurso alimentar, que por vezes utilizavam para comércio, vendendo a carne para alimentação e as peles para agasalhos.

Embora com finalidades diferentes, umas de distração, outras de sobrevivência, a caça permitia o contacto entre diferentes estatutos sociais, aproximando a nobreza do povo, participando os últimos como “batedores”, levantando a caça para os nobres, que por norma não recorriam a armas nem a armadilhas, utilizavam apenas o cavalo para perseguir a presa, tentando encurralá-la a fim de a capturar.

As leis da caça foram aperfeiçoadas e modificadas ao longo dos tempos, com o intuito de proteger as espécies, impedindo que extinguissem. Várias condicionantes podem limitar a sua prática, como é o caso dos incêndios, de secas, extinção de animais, etc.

Os testemunhos documentais e iconográficos provam a importância que a caça conservou até aos nossos dias *“mesmo quando já perdeu muita da sua função como mera forma de obtenção de alimento”* (Ergert B. E., 1999).

Não sendo possível apontar com precisão uma data para o início da prática da Falcoaria, podemos balizar o seu aparecimento como uma forma de subsistência, utilizada pelo Homem, que desempenhava um papel de espectador ativo, assistindo à forma eficaz, com que falcões e outras aves de presa capturavam outros animais, muitas vezes de porte superior ao seu.

Com o passar do tempo, o Homem percebe que seria mais vantajoso, que ao invés de roubar as presas aos falcões, deveria treina-los a devolver-las, sendo a partir de então possível falar-se de Falcoaria, momento em que surge a interação entre Homem e Falcão.

Ao Homem compete não só o adestramento dos falcões, como o seu bem-estar e segurança. Do falcão espera-se que utilize as suas verdadeiras e naturais qualidades de predador, em prol desta equipa, onde lhe cabe o papel de intermediário, aguardando a recompensa pelo seu desempenho.

Como todo o desporto ou atividade que se pratica, a Falcoaria obedece a leis e normas que se foram incrementando ao longo dos anos.

Com grande peso na sociedade europeia oriental, a falcoaria foi-se transformando numa disciplina fundamental para a educação dos jovens de famílias mais abastadas. É a partir

desta altura que reis e imperadores começam a pedir aos seus falcoeiros que compilem a matéria respeitante a esta disciplina, surgindo os primeiros tratados de falcoaria (Crespo 1999: 13).

Estes manuscritos são uma espécie de manual de instruções de todas as fases do adestramento das aves de presa, desde a alimentação, higiene, saúde e outros cuidados a ter com os falcões e açores.

Em Portugal, as primeiras obras que se conhecem sobre Falcoaria, remontam ao reinado de D. Dinis, que ao receber críticas de pessoas que dizem perder os seus falcões, se queixam porque quem os encontra não os devolve.

Foram neste sentido que em 10 de Novembro de 1288, o rei informa por carta régia todos os proprietários de cargos ligados à justiça, que deverão castigar todos aqueles que encontrem aves de caça e que se apoderem delas.

Informava ainda que todos os que encontrassem aves, por acaso, deveriam apregoar nas vilas tal achado, e que os seus donos deveriam recompensá-los em troca das aves. Essa recompensa variava consoante o sexo e espécie da ave. Quem as encontrasse e não as devolvesse, deveria ser castigado com penas semelhantes a outro roubo qualquer (Neves 1968: 24).

Ainda no reinado de D. Dinis, o seu falcoeiro, João Martins Perdigão, e o Mestre Giraldo (físico do rei) terão escrito sobre o assunto (Crespo 1999: 18).

Só uns anos mais tarde se volta a escrever sobre o tema no “Livro de Falcoaria” (Fig.3) - cerca de 1380 - a pedido do rei D. Fernando ao seu falcoeiro Pero Menino, tratando essencialmente aspetos relacionados com doenças dos falcões, que descreve e identifica com a sua experiência pessoal, sem com isso menosprezar a ciência alheia.

Ensina também os falcoeiros a curar as suas aves, com mezinhas e tratamentos minuciosos. *“Sucedem-se as frases umas às outras, empurrando o falcoeiro para o saber direto e para a atenção profissional de médicos de doentes mudos”*(Martins 1972: 5).

“ Dom Fenando, pella graça de Deus Rey de Portugal e dos Alguarves, mandou a mim Pero Minino, seu falcoeiro que lhe fizesse hu livro de falcoaria, no qual fosse escrito e declarado todas as doenças e os nomes dellas” (Osório 2004: 21)

A primeira referência a esta obra é feita por Gonzalo Argote de Molina, em 1588 “Nobleza de la Andaluzia” (Osório 2004: 22), traduzida para castelhano por Pero Lopes de Ayala que a incorpora no “*Libro de la Caza de las Aves*” em 1386, e por Gonçalo Escobar, no século XV. Também foi mencionada por Johan Fagund, falcoeiro de D. João II de Castela, no seu tratado de falcoaria, mais tarde no século XVII, por Diogo Fernandes Ferreira, em 1616, na *Arte de Caça de Ataneria* (Baêna & Bravo 1998: 87).

Nem sempre os falcões foram considerados como uma espécie protegida, podiam ser retirados dos ninhos, ou capturados em idade adulta através da utilização de armadilhas. A Captura destas aves desenvolveu um mercado muito próprio que se dedica ao transporte e venda das mesmas, sendo os responsáveis pelo seu transporte muito bem reembolsados, como podemos comprovar no “*Rol de despesas que se fez com os 60 falcões de Islândia que vieram de Copenhagen*”, apresentado por Manuel Gomes da Silva (Correia & Guedes, O Paço Real de Salvaterra de Magos - A Corte, a Ópera e a Falcoaria., 1989).

Aves e Adestramento

Em Falcoaria, podemos definir adestramento, como o treino de aves de presa, ministrado pelos falcoeiros responsáveis pela aprendizagem destes animais, que se encontram em estado selvagem, independentemente da sua proveniência ser de cativo ou do seu habitáculo natural. Adestradas, estas aves têm apenas um interesse em comum com o Homem, a caça.

O seu treino deve ser contínuo, requerendo muita paciência e dedicação, por parte do falcoeiro, que deve conhecer as diferenças de cada ave, preparando os treinos consoante diferentes características físicas e temperamentais.

Os séculos que separam os dias de hoje com o início desta prática, não são suficientes, para que se possam comparar “velhas” e “novas” formas de adestramento, pois as técnicas utilizadas atualmente não diferem muito das que se praticavam por exemplo na Idade Média, nem os objetos utilizados apresentam características muito diferentes.

“Paciência” e a “Metodologia” são o *username* e a palavra – chave do adestramento, que deve ser feito por várias etapas obrigatórias que são imprescindíveis à aprendizagem do falcão, por esse motivo não devem ser substituídas ou até mesmo ultrapassadas, de forma a garantir que a ave aprendeu corretamente todas as etapas e o falcoeiro sinta confiança no seu desempenho.

Não se deve confundir adestramento com domesticação, treinar aves de presa não é o mesmo que treinar um cão ou outro animal doméstico (Crespo, 1999: 91), as aves de presa, mesmo que treinadas, não vão deixar de ser animais selvagens, que nunca olham para nós só pelo facto de lhe termos dado um nome, não vão gostar mais nem menos do seu tratador só porque este demonstrou afeto por ela, nem se vão sentir castigadas se contra elas decidirmos praticar qualquer ato mais punidor, sendo a quantidade da recompensa após o treino, a única possibilidade que os falcoeiros têm de lhes demonstrar o seu bom ou mau desempenho.

Como qualquer outro desporto ou atividade, existem utensílios de melhor ou menor qualidade, os que são mais conhecidos, os que se destacam numa determinada categoria, existem até “topos de gama”. Em falcoaria, as regras são as mesmas, existem aves que se destacam pela sua beleza, tamanho, rapidez e técnicas de voo, tudo depende da finalidade pretendida.

É neste contexto, que se distinguem as aves de presa em duas espécies, as “**nobres**” que pelo seu temperamento e “psiquismo generoso”, são as ideais para a caça, e as “**ignóbeis**” (peneireiros, águias, milhafres, abutres, etc.) que não reúnem todas as características necessárias (Crespo, 1999:37).

Os atributos físicos e psicológicos destas aves são determinantes para a sua capacidade e rapidez de voo, a forma de atacar e de prear. A própria alimentação as distingue, as aves “nobres” não se alimentam de cadáveres, são estes os verdadeiros falcões (género falco) e os Açores e Gaviões (género Accipiter) as “Ignóbeis” são todas as outras aves rapaces, onde se incluem as águias, com um voo mais lento do que o das “aves nobres”, a quem se atribui um psiquismo mais oportunista.

Dentro das “Aves Nobres” devemos distingui-las pela sua forma de voo e por ser uma ave de rol ou uma ave de punho.

No “Alto-voo”, as aves voam a uma altura de 600 a 800 metros, é uma forma de voo praticada em **espaço aberto**, onde a ave é solta para que “remonte” (ascenda) sobre o terreno, esperando que o falcoeiro levante as presas que normalmente são aves com penas: pombos, faisões, perdizes, etc. A velocidade do seu voo pode atingir os 300km/h, no caso dos falcões peregrinos.

No que diz respeito ao “Baixo-voo”, técnica de caça onde açores e os gaviões perseguem a presa diretamente a partir do punho do falcoeiro, conseguindo de uma forma rápida perfurar todos os obstáculos, mostrando aqui a sua agilidade, que lhes permite a caça tanto na planície como montanha, em terreno limpo ou com arvoredo. Aves com estas características caçam normalmente animais com pelo, como é o caso dos coelhos e das lebres.

Nas aves “Nobres” também se distinguem as fêmeas dos machos, através do seu tamanho. Nas aves de presa as fêmeas são sempre maiores, por esse motivo são conhecidas por “*primas*”, e os machos por terem um terço do seu tamanho são conhecidos por “*terços*”. Diferem também a cor das penas dos juvenis e dos adultos, os primeiros apresentam uma plumagem mais acastanhada, sendo a dos adultos mais escura.

Atualmente, não é permitido capturar falcões na natureza, como se fazia há séculos atrás, por esse motivo, os falcões que se utilizam em falcoaria nasceram obrigatoriamente em cativeiro, a sua posse é tutelada por convénios internacionais, em Portugal, o Instituto de Conservação da Natureza é o organismo que superintende o processo de obtenção destas aves.

Como já referido, o adestramento destas aves está condicionado por um processo minucioso que requer muita paciência e dedicação e este empenho começa com o nascimento das aves, que pela sua proveniência de cativeiro, não têm pais que garantam o seu alimento, por esse motivo nos primeiros meses de vida são alimentadas sem necessidade de trabalho ou treino que garanta tal recompensa. Dias após o nascimento é colocada uma anilha na pata da ave, uma espécie de bilhete de identidade que a identifica a ela e ao seu proprietário.

A fase que se segue é colocar um caparão na cabeça da ave, objeto de couro ou cabedal feito à sua medida, que lhe tapa por completo a visão com o objetivo de a deixar mais calma e tranquila, este utensílio de falcoaria veio substituir a técnica utilizada anteriormente pelos falcoeiros que cosiam as pestanas dos falcões, com o mesmo objetivo, tapar-lhes a visão.

O passo seguinte é garantir que o falcão se consiga equilibrar e alimentar em cima da luva, na mão do falcoeiro (ainda com o caparão na cabeça), local que a partir de então será considerado sinónimo de alimento para estas aves, que conseguiram com a evolução do treino, permanecer calmamente na luva sem o caparão, podendo começar a saltar da alcandora ou do banco, diretamente para o punho.

Os treinos e o adestramento vão evoluindo, bem como o comprimento do fiador até que chega o momento de testar a aprendizagem do falcão, sem nada que garanta o seu regresso. O falcoeiro liberta a ave e volta a chamá-la, utilizando um som que ele identifique (apito ou assobio), e faz girar o rol, para que esta o tente capturar o devolva.

Não existe nada que possa garantir o seu regresso, no entanto antes de soltar a ave, é colocado numa das suas patas, um emissor, de forma a conseguir identificar o seu paradeiro no caso de se perder.

Alimentação em cativeiro

As aves de presa são carnívoras e em cativeiro tenta-se que a sua alimentação seja o mais semelhante possível ao que seria se estivessem em liberdade, alimentando-se com diferentes tipos de carne de outros animais, que são conhecidos em falcoaria por “viandas” (Crespo, 1999: 76-77).

Como a maioria dos falcões são ornitófagos, carne de aves como galinha, frango, pombos e codorniz é normalmente utilizada como base da sua alimentação em cativeiro, devendo esta apresentar boas condições de higiene, e se possível de proveniência conhecida, evitando o contágio de doenças.

As refeições são sempre após o treino, uma vez por dia, nessa altura é também colocada à disposição das aves água para que possam beber e tomar banho. Só voltam a comer no dia seguinte após a plumada, altura em que regorjeiam os ossos e as penas que

ingeriram na refeição anterior. Pesadas diariamente, sendo registado o seu peso, referência que permite saber se dispõe de condições para voar, uns gramas a mais podem fazer com que não regresse à luva, desempenhando também um papel importante para detetar doenças, a perda de peso significa que algo pode não estar bem.

Utensílios

Embora os materiais com que se fabricam os objetos de falcoaria possam ter evoluído, os objetos em si continuam a ser praticamente os mesmos.

Se analisarmos alguns tratados de falcoaria, podemos perceber que muitos deles se encontram bastante atuais.

7.3 – Manifestações associadas

Decorrem ao longo do ano atividades relacionadas com a Falcoaria, quer no que diz respeito à caça propriamente dita, atividades de vertente ecológica e educativa como são exemplo as demonstrações de voo, presença em feiras de caça e em feiras medievais.

A Falcoaria é cada vez mais utilizada para o controlo de pragas na agricultura, tanques de aquacultura e nos aterros sanitários, sendo também essencial para a segurança das aterragens e descolagens dos aviões nos aeroportos, controlando a presença de aves indesejáveis.

Anualmente realizam-se vários encontros promovidos pela Associação Portuguesa de Falcoaria, com o objetivo de promover trocas de informação, preparação para o exame de obtenção de carta de caçador cetreiro, zelando também pela ética e boa prática da modalidade.

Em Salvaterra de Magos decorre durante o 3º final de semana de Setembro, as Comemorações do Aniversário da Falcoaria Real, uma organização da Câmara Municipal.

8 – CONTEXTO DE TRANSMISSÃO

8.1 – Estado

Falcoaria é uma prática ativa em Portugal.

8.2 – Descrição

A Falcoaria é utilizada não só para a sua função original, a caça, como também no controlo de pragas na agricultura, em tanques de aquacultura, em aeroportos e cada vez mais como uma atividade de promoção turística.

A esta prática estão também associados artesãos, criadores de aves de presa, etc.

8.3 – Modo (s)

Aprende-se a ser falcoeiro através da transmissão de conhecimento de outros falcoeiros mais experientes. Conhecimentos que podem ser testados com provas de admissão à carta de caçador cetreiro.

Existe alguma bibliografia sobre Falcoaria, permitindo aos aprendizes obter algumas noções básicas sobre as técnicas de adestramento e sobre as aves.

8.4 – Agente (s)

Todos os Falcoeiros devem ser considerados como agentes de transmissão da prática de falcoaria.

Os conhecimentos são muitas vezes transmitidos de geração em geração e por falcoeiros mais experientes.

8.5 – Idioma (s)

Português

9 – Origem / Historial

Podemos apontar algumas datas, em que garantidamente já se caçava com aves de presa, como o exemplo de um baixo – relevo assírio, onde está representado um homem com uma ave no punho, encontrado nas ruínas de Korsabad, durante as escavações ao Palácio de Sargão II. Este é o mais antigo testemunho iconográfico que se conhece sobre falcoaria, permitindo-se apontá-la como uma arte que se pratica, pelo menos, desde o ano de 1400 a. C.

No entanto, parece que ainda existem controvérsias relativamente a este testemunho, mencionado por diversos historiadores com datas distintas, 1700 a. C., 1350 a. C. e 722 a 705 a.C.

No Egipto, os falcões surgem como uma representação da reencarnação divina do Deus Horus, Deus da Lua, do Sol e dos Faraós (Crespo, 1999: 7). Sabemos que era um animal sagrado, que não era utilizado para a caça, funcionando a sua imagem como uma espécie de amuleto da sorte, capaz de lhes transmitir força e proteção.

Segundo os autores do livro “Oito Séculos de Caça em Portugal” a chegada desta arte à Península Ibérica tem dois focos de disseminação: um a norte a partir da Europa Central, através dos Visigodos (séc. V) outro a Sul, com os povos do Norte de África (Berberes) e do Médio Oriente (Árabes).

A Primeiras referências sobre este tema em Portugal data do ano de 506, quando as autoridades eclesiásticas proíbem o Clero de praticar Falcoaria (Crespo, 1999: 63).

A Idade Média, sem dúvida, época de Ouro da Falcoaria em Portugal, assumiu na Europa uma técnica própria, incrementada junto do Clero, Nobreza e Povo. Foi também durante este período que a falcoaria deixa de ser uma simples forma de caça e passa a ser uma das distrações prediletas dos senhores medievais, “*Folgança e desenfadamento de príncipes e reis*” segundo a descrição de Fernão Lopes (Crespo, 1999: 12).

Os falcões são utilizados como demonstração de poder e grandeza, fazem parte de armas e brasões, considerados de tamanha importância, funcionam muitas vezes como moeda de troca, inseridos nos dotes de casamento das princesas e para pagamento de resgates de guerra (Crespo, 1999: 13).

Patrícia Leite

“ *O Conde de Nevers, filho de Filipe, o Destemido, duque de Burgonha, foi feito prisioneiro dos Árabes na Batalha de Nicópolis. Aí visitou a falcoaria do sultão Bajazeto, que, segundo as descrições, albergava mais de sete mil falcoeiros e uma infinidade de aves de presa. O duque de Borgonha mandou então apresentar o sultão com doze raríssimos falcões brancos. Como prova de gratidão, o sultão concedeu a liberdade a seu filho*” (Baêna & Bravo 1998: 63).

Tornando-se prática comum, os ilustres fazem-se representar empunhando um falcão, nos quadros, em selos, moedas, etc., como forma de evidenciar a sua importância. Tal como a sociedade, também os falcões eram hierarquizados, sendo utilizados conforme a graduação social dos seus proprietários.

“*O gerifalte aos reis, os falcões aos príncipes e duques, as aves bastardas aos barões, o sacre aos cavaleiros, o ógea aos senhores, o esmerilhão às damas, o tagarote ao gentil-homem, o gavião aos clérigos, o açor aos alabardeiros, os peneireiros aos criados*” (Crespo 1999: 13).

Carlos Crespo (1999) associa a derrota de Alcácer Quibir, ao primeiro declínio da Falcoaria em Portugal, que pode estar relacionado com uma nobreza que o autor caracteriza como “enlutada” pelo trauma sebastianista, que coloca de parte esta arte.

Podemos assim afirmar que, tal como o país, também a Falcoaria passou por um período de *interregno*.

São poucas as referências documentais referentes à prática da Falcoaria em Portugal, durante a dinastia Filipina, no entanto é neste período que Diogo Ferreira, descendente de uma família de falcoeiros, na altura com sessenta anos de idade, edita o livro “*Arte da Caça de Altanería*”.

No século XVIII, em Portugal, surge um novo período para a prática desta arte, associado à construção da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos, voltando a decair com as invasões francesas e o aperfeiçoamento das armas de fogo, no século XIX.

Em 1991, a fundação da Associação Portuguesa de Falcoaria com objetivo de representar os cetreiros portugueses e a cetraria, bem como a Recuperação da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos, depois de anos de abandono, ditam um novo período para a Falcoaria portuguesa.

II – Documentação

10 – Bibliografia

A Bibliografia utilizada para este trabalho;

11 – Fontes escritas

As Fontes escritas utilizadas para este trabalho;

12 – Fontes Oraís

Entrevistas a Falcoeiros;

13- Fotografia

Fotografias da Falcoaria Real Portuguesa, de falcões, caça com falcões, material utilizado em falcoaria;

14- Filme

Reportagens realizadas sobre a prática da Falcoaria, enquanto modalidade de caça e no controlo de pragas.

15 – Som

Entrevistas a Falcoeiros;

16 – Outra Documentação

III – Direitos Associados

17 – Tipo

Em Portugal a prática da Falcoaria é um direito que está ao alcance de todos, desde que obtenha a caça de caçador cetreiro.

18- Detentor

Em todo o País se pode caçar com aves de presa.

IV – Património Associado

19.1 – Móvel

O material utilizado na prática da Falcoaria, pode ser caracterizado como Património móvel. Exemplo: Caparões, piós, alcândoras, bancos, cascavéis, rol, bornal, etc.

19.2 – Imóvel

Conhecimento da vila de Salvaterra que ainda testemunham a atividade da Falcoaria e o próprio edifício da Falcoaria Real, classificado como Imóvel de Interesse público- IIP, Dec. lei n.º 39 175, DG 77 de 17 Abril 1953.

19.3 – Imaterial

A prática da Falcoaria e o envolvimento do Homem, falcões e presas.

20 – Património Natural

Aves de presa e presas.

2.4 - Utilização da Falcoaria no controlo de pragas

A Falcoaria em Portugal não pode ser estereotipada como uma atividade que se dedica exclusivamente à caça. As aves de presa têm uma função cada vez mais presente no controlo de pragas nos aeroportos, na agricultura, *“controlando as populações de gaivotas nas culturas do arroz, de estorninhos nas vinhas e pomares, e de pardais, comuns nas estufas e viveiros de plantas”* (Almeida, 2011). Tomemos como exemplo, a informação cedida pela “Companhia das Lezírias”:

Indicadores	Com Controlo de Aves	Sem Controlo de aves	Diferença	(%)
Produção total	1.576.776 Kg	1.419,98 Kg	157.678 Kg	10%
Valor	639,679 €	587,768 €	51.911€	8%
Kg/há	7,167	6,450	717	10%
Custo/há	1,955	1,903	52	3%
Receita €/há	2,908	2,672	236	8%
Margem%	49	40	9	

Quadro 4 - Quadro Resumo da cultura de arroz – Companhia das Lezírias

A análise desta tabela permite-nos perceber a rentabilidade produtiva apresentada pela empresa- Companhia das Lezíria e as vantagens do ponto de vista financeiro de se proceder a um controlo de pragas com aves de presa, sem ter necessidade de recorrer à utilização de produtos químicos e tóxicos.

Para além da agricultura, emergem outras vantagens da utilização desta prática, surgem outras necessidades, *“o controle em áreas urbanas, na proteção de monumentos e instalações industriais e desportivas, devido principalmente ao brutal aumento da população de pombos, que conduz à rápida degradação destas infra-estruturas”* (Almeida, 2011:20), (Ver em anexo fig.22 a 25).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito principal deste trabalho foi justificar a pertinência da candidatura Portuguesa à equipa de suporte UNESCO, que credenciou a Falcoaria como Património Cultural Imaterial da Humanidade.

Inicialmente, para poder sustentar esta proposta, foi feita uma pesquisa documental sobre a Vila de Salvaterra de Magos e a forma como o seu desenvolvimento pode estar associado às excelentes condições de caça que reunia, motivando à construção de um Paço Real e por conseguinte instalações próprias para falcoaria – Falcoaria Real de Salvaterra de Magos.

Com uma excelente localização, a proximidade do Rio Tejo e de Lisboa, a par das estupidas Coutadas: de caça e da mata, fez com que a caça tivesse desempenhado um papel fundamental para o desenvolvimento social e económico desta Vila, que durante os meses de Inverno era destino predileto da Corte Portuguesa.

A história da prática da falcoaria em Portugal, permite compreender que a par da evolução das sociedades também vão surgindo novas modas, novos interesses, vão-se aperfeiçoando as técnicas, surgindo novas matérias, mas a essência permanece- a sincera interação entre o homem o falcão e as presas.

Embora seja uma prática com milhares de anos, as técnicas apresentadas nos primeiros tratados de falcoaria não sofreram grandes alterações, mantendo-se bastante atualizadas.

É fascinante o contacto com o dia-a-dia de uma Falcoaria e o treino dos falcões requer cuidados que muitas vezes a maior parte das pessoas desconhece, qualidades como a paciência e dedicação são fundamentais, mas nem sempre garantia de sucesso.

A Falcoaria insere-se perfeitamente numa sociedade que valoriza o contacto com a natureza, cada vez mais sensibilizada para a preservação das espécies e qualidade ambiental. Ao contrário de que aconteceu à décadas atrás, a população está a sair das cidades, que outrora ofereciam mais oportunidades, para regressar aos meios rurais, às vilas e aldeias, onde encontram todos os parâmetros que lhes permite definir uma nova qualidade de vida.

Esta é uma candidatura que só faz sentido com a participação de várias entidades, como são exemplo: a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, a Associação Portuguesa de Falcoaria, a Universidade de Évora, Palácios e Museus Nacionais que incorporam nas suas coleções património sobre caça e falcoaria e colecionadores particulares, estes “grupos ou indivíduos” terão a responsabilidade e o compromisso de apresentar medidas que sustentem a candidatura e que garantam o sucesso da mesma. O envolvimento de várias entidades nesta proposta, comprova que a falcoaria é um bom exemplo de uma prática que incentiva o diálogo intercultural, conforme a caracterizou a UNESCO.

Para além do enquadramento histórico sobre a prática da caça e da falcoaria em Portugal, estipularam-se metas e definiram-se objetivos, que podem ser utilizados como ponto de partida para uma candidatura que apresenta todas as condições para ser aprovada com grande sucesso.

Portugal para além de ser um país onde abundam as presas, cenário de excelentes coutadas de caça e um dos países da Europa com mais caçadores, mantém um vínculo histórico com milhares de anos, à prática da Falcoaria que não pode ficar de fora desta candidatura.

Este projeto será uma oportunidade para garantir a proteção da prática da falcoaria, com vantagens de desenvolvimento que se tornam evidentes, quer na recuperação de uma identidade local e nacional, com centenas de anos, como também possibilitam o crescimento económico e turístico da Vila de Salvaterra de Magos e do País, já que mantemos a única Falcoaria Real existente na Península Ibérica, que é o por si só um exemplo bem vivo do património relacionado com esta prática de caça, que não se limita ao património material e arquitetónico. Os valores patrimoniais da falcoaria estendem-se a vários domínios, como as tradições e as expressões orais, onde se inclui a língua como vetor do património cultural e imaterial, as práticas sociais que envolvem as caçadas e o treino dos falcões. Aos caçadores cetreiros são conferidas competências relativas a processos e técnicas artesanais, exigido aprofundado conhecimento relacionado com a natureza e com o universo, concluindo-se assim que a falcoaria está longe de ser considerada apenas como uma forma de valorização museológica, fazendo cada vez mais sentido a transmissão de conhecimentos e de um “saber fazer” que se torna tão característico nesta arte.

Patrícia Leite

O progresso surge, cada vez mais, aliado às novas tecnologias e a atualizados sistemas informáticos, para um público cada vez mais seletivo e exigente que não absorve qualquer informação, procura a que mais lhe convém e aquela que melhor se enquadra com a sua forma de vida, justificando-se assim a implementação de um “Plano estratégico para escolas”, a promoção da falcoaria como uma atividade rentável no controlo de pragas indesejáveis na agricultura, aterros sanitários e nos aeroportos.

As medidas de salvaguarda e promoção que foram apresentadas neste projeto, e que têm a prática da falcoaria ou até mesmo o edifício da Falcoaria Real, permitem a elaboração de vários projetos de desenvolvimento turístico em de Salvaterra de Magos, pois embora se tenha perdido uma boa parte do seu património arquitetónico, existe ainda muito em condições de testemunhar a presença da corte portuguesa nesta nobre vila. O Rio Tejo e as coutadas de caça continuam a fazer parte do seu cenário paisagístico.

A primeira etapa a que me propus com a inscrição no mestrado de museologia, termina com a entrega deste trabalho de projeto, contudo não terminam por aqui as pesquisas e propostas referentes à Falcoaria, como são exemplo a instalação de “serviços educativos” na Falcoaria Real, recolha de informação que se encontra dispersa em museus e arquivos internacionais que se possam reunir num “centro de pesquisa”, de forma a proporcionar e facilitar o dialogo cultural sobre esta prática que tanto me fascina.

Fontes e Bibliografia

FONTES DE ARQUIVO

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

Montaria Mor do Reino

Séries documentais:

2 – Copiador de correspondência sobre transgressões, pareceres e outros documentos:
1777-1821 / 1724-1833

3– Registo do Pessoal das reais coutadas de Salvaterra de Magos

11– Ordens Reais, Avisos da Secretaria de Estado do Reino e Petições Relativos à
Falcoaria de Salvaterra de Magos – 1756-1806

25- Corridas na Coutada de Salvaterra

Torre do Tombo

Arquivo da Companhia das Lezírias

Nr. 50 -51 – Obras de engenharia Hidráulica no Pául de Magos

Inventário da Casa do Infantado

Almoxarifado do Paul de Magos (SSR) séc. XVII-XIX – 2 mç

Cota atual: CI MÇ-735 e 736

Ministério do Reino

CASA REAL

Palácio de Salvaterra de Magos

Cota: CR MÇ: 282 cx 378 / CR MÇ : 281 cx 376

Biblioteca Nacional da Ajuda

Casa Cadaval

Casa Real

54- VIII-20: Casa Real/Coutadas/Palácio de Salvaterra de Magos/Salaterra de Magos

Fontes Web

Decreto - lei nº 115/2012 de 25 de Maio, Diário da República, 1ª Serie n.º102.

<http://dre.pt/pdfgratis/2012/05/10200.pdf>

Decreto - lei n.º139/2009 de 15 de Junho, Diário da República, 1ª Serie n.º113.

<http://dre.pt/pdf1sdip/2009/06/11300/0364703653.pdf>

Decreto- lei n.º 316/89 de 22 de Setembro, Diário da República, 1ª Série n.º219

<http://dre.pt/pdf1sdip/1989/09/21900/42244227.pdf>.

Portaria n.º 223/2012 de 24 de Julho, Diário da República, 1ª Serie, n.º142

http://www.igespar.pt/media/uploads/instrumentosdegestao/enquadramento_legal_dgpc_e_drcs/223_2012.pdf

Portaria n.º 196/2010, 9 de Abril, Diário da República, 1ª Série, n.º69.

<http://dre.pt/pdfgratis/2010/04/06900.pdf>

BIBLIOGRAFIA

(1989). *Falcoaria Real : Exposição temporaria realizada no Museu dos Coches*. Instituto Português do Património Cultural.

Actualidades Ornitológicas On Line- nº 140. (Nov/Dez de 2007). *Aspectos da História da Ornitologia - Um voo ao passado (primeira parte até 1850)*.

Almeida, A. V. (Setembro de 2011). Salvaterra - Memórias de um Concelho. *O Controle de Pragas com Aves de Presa*, p. 20.

Antunes, A. M. (1987). Comunicações apresentadas ao I Colóquio sobre História Regional e Local do Distrito de Santarém. *Salvaterra de Magos na 1ª Metade do século XIX*, 457-477. (E. S. Santarém, Ed.)

Baêna, M. S., & Bravo, J. M. (1998). *Oito Séculos de Caça em Portugal*. EUROLITHO, Impressores Gráficos, Lda.

Bravo, J. M. (1982). *A Propósito de Caça*. Lisboa.

Cabral, C. M. (2009). *Património Cultural Imaterial : Proposta de uma Metodologia de Inventariação*. Lisboa.

Patrícia Leite

Carapuço, A. (Setembro de 2011). Salvaterra - Memórias de um Concelho. *A Falcoaria como Património Cultural da Humanidade - Unesco*, p. 21.

Convenção de Berna. (s.d.). Obtido em 28 de 8 de 2012, de Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas:

http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/convBerna#_DirAvHab

Correia, J. M. (Novembro de 1964). Caça e tiro ao voo. *Algumas notícias da Real Falcoaria de Salvaterra*, pp. 10-13.

Correia, J. M., & Guedes, N. B. (1989). *O Paço Real de Salvaterra de Magos - A Corte, a Ópera e a Falcoaria*. Lisboa : Livros Horizonte.

Crespo, C. (1999). A Arte da Falcoaria.

Ergert, B. E. (1999). La caza a través de los siglos. In K. G. Bluchel, *La Caza* (pp. 64-161). Konemann.

Ergert, B. E. (1999). Los Primeros Tratados de Caza de la Era Cristiana. In K. G. Bluchel, *La Caza* (pp. 102-131).

Estevam, J. (1959). *Anais de Salvaterra - Dados Históricos desde o Século XIV*. Lisboa: Couto Martins.

Falcoaria, A. P. (s.d.). *Curso de Iniciação à Cetraria*.

Gordalina, R. (1992/1993). *Falcoaria do Antigo Paço Real de Salvaterra de Magos*. Obtido de SIPA: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7942

Heritage, I. C. (2010). Conventions for the Safeguarding of the Inangible Cultural Heritage. *Falconry, a living human heritage*. Nairobi: UNESCO.

Hoepli, U. (1906). *Manuale del Moderno Falconiere*. Milano: Editore Libraio Della Real Casa.

IAF. (2009). Falconry Heritage is Everywhere.

Instituto dos Museus e da Conservação, I.P. (1 de 2 de 2011). Obtido de www.imc-ip.pt.

Leiendecker, U. (1999). Cazadores e Cazados. In K. G. Bluchel, *La Caza* (pp. 10-63). Konemann.

Leite, P. (Setembro de 2011). A Falcoaria. *Salvaterra - Memórias de um Concelho*, p. 5.

Martins, M. (1972). Revista Portuguesa de Filosofia. (F. d. Filosofia, Ed.) *Experiência e Conhecimento no "Livro de Falcoaria"*.

Melo, M. C. (1998). Coutadas Reais entre 1777 e 1824 : Poder, Gestão, Privilégio e Conflito. Lisboa: Tese de Mestrado : Faculdade de Ciencias Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Patrícia Leite

- Menino, P. (1931). *Livro de Falcoaria de Pero Menino*. (R. Lapa, Ed.) Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Neves, B. (1 de Agosto de 1968). Dois documentos sobre a falcoaria do tempo de D. Dinis. *Gazeta das Aldeias*.
- Neves, B. (1970). A propósito de três documentos sobre a nomeação para ofícios das Coutadas e Montarias Reais. *Gazeta das Aldeias*, 3-9.
- Neves, C. M. (1983). *Subsídios para a História da Falcoaria em Portugal*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Niesters, H. (1999). El Nobre Arte de la Cetraria. In K. G. Bluchel, *La Caza* (pp. 162-193).
- Oorschot, D. J. (1974). *Vorsteliske Vliegers en Valkenswaardse*. (L. M. Acht, Trad.)
- Oorschot, J. V. (1974). *Vorsteliske Vliegers en Valkenswaardse Valkeniers - Se der Zeventiende Eeuw*. (L. M. Acht, Trad.)
- Osório, P. (2004). *Estudo Sintático - Axiológico do Livro de falcoaria de Pero Menino*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Portugal, C. N. (2001). *Património Cultural Imaterial*. Obtido em 2010, de Comissão Nacional da UNESCO - Portugal: http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=9
- Saramago, A. (1994). Sintra: Colares Editora.
- Silva, M. A. (Setembro de 2011). Salvaterra - Memórias de um Concelho. "*De Arte Venandi cum Avibus*", pp. 31-34.
- Sousa, J. M. (1981). Aspectos sociodemográficos de Salvaterra de Magos nos finais do século XVIII. In *Análise Social* (pp. 315-373). Fundação Calouste Gulbenkian.
- UNESCO. (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural e Imaterial*. Paris.
- UNESCO. (2009). *Intangible Cultural Heritage. Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage - Basic Texts*. Paris.
- UNESCO. (s.d.). *Falconry, a living human heritage*. Obtido em 25 de janeiro de 2011, de UNESCO: <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00011&RL=00442>
- UNESCO. (s.d.). *Operational Directives for the implementation of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Heritage*. Obtido em 25 de janeiro de 2011, de UNESCO: <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00026>
- UNESCO. (s.d.). *Text of the Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage*. Obtido em 1 de fevereiro de 2011, de UNESCO: <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00022>

Bibliografia Web

Actualidades Ornitológicas On Line- nº 140. (Nov/Dez de 2007). *Aspectos da História da Ornitologia - Um voo ao passado (primeira parte até 1850)*.

Convenção de Berna. (s.d.). Obtido em 28 de 8 de 2012, de Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas: http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/convBerna#_DirAvHab

Gordalina, R. (1992/1993). *Falcoaria do Antigo Paço Real de Salvaterra de Magos*. Obtido de SIPA: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7942

Instituto dos Museus e da Conservação, I.P. (1 de 2 de 2011). Obtido de www.imc-ip.pt.

Portugal, C. N. (2001). *Património Cultural Imaterial*. Obtido em 2010, de Comissão Nacional da UNESCO - Portugal: http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=9

UNESCO. (s.d.). *Text of the Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage*. Obtido em 1 de fevereiro de 2011, de UNESCO: <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00022>

UNESCO. (s.d.). *Falconry, a living human heritage*. Obtido em 25 de janeiro de 2011, de UNESCO: <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00011&RL=00442>

UNESCO. (s.d.). *Operational Directives for the implementation of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Heritage*. Obtido em 25 de janeiro de 2011, de UNESCO: <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00026>

UNESCO. (2009). *Intangible Cultural Heritage. Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage - Basic Texts*. Paris.

ANEXOS

Índice de Anexos

ANEXO 1 - Obras de arte em Portugal sobre Falcoaria	IV
ANEXO 2- Plano Estratégico Falcoaria Real de Salvaterra de Magos.....	VIII
ANEXO 3 - Figuras.....	XX
ANEXO 4 - Mapas	XXXIV
ANEXO 5 - Plantas	XXXVI

Índice de Figuras

Figura 1 – Ruínas de Korsabad – Relevo Assírio.....	XX
Figura 2 - Como colocar a ave no punho “De Arte Venandi Cum Avibus”	XXI
Figura 3 - Montar a cavalo com a ave no punho “De Arte Venandi cum Avibus	XXI
Figura 5 - Ilustração da “Encyclopédie” de Diderot et d’Alembert	XXII
Figura 4 - "Livro de Falcoaria"	XXII
Figura 6 - Iluminura “De Arte Venandi Cum Avibus”	XXIII
Figura 7 -Falcoeiro, Pedro Féria, prende a ave no banco – Falcoaria Real de Salvaterra de Magos.....	XXIII
Figura 8 - Falcoeiro prende a ave no banco – “De Arte Venandi Cum Avibus	XXIII
Figura 9 - Falcões na Alcandora – “De Arte Venandi Cum Avibus”	XXIII
Figura 10 - - Falcões na Alcandora – Falcoaria Real de Salvaterra de Magos	XXIII
Figura 11 - MARDEL Carlos, Elevação da fachada nascente do Palácio de Salvaterra. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: cota ARC 35,1,12. Documento cedido pelas autoras de “O Teatro do Real Paço de Salvaterra de Magos, arquitectura e cenografiadas temporadas de 1762-1792- Artigo não publicado	XXIV
Figura 12 - - Fachada principal de Câmara Municipal de Salvaterra de Magos	XXV
Figura 13 - - Fachada de edifício interior da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos	XXV
Figura 14 - - Diderot et d’Alembert – Museu Internacional de Caça e Falcoaria de Castelo Gien, França.....	XXVI
Figura 15 - - Pátio da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos – 2011	XXVI
Figura 16 - Festa de Casamento, realizada na Falcoaria Real de Salvaterra de Magos em 1972	XXVII
Figura 17 - Falcoaria – Antes da Recuperação Foto: Monumentos.pt.....	XXVIII
Figura 18 - - Falcoaria – Antes da Recuperação Foto: Monumentos.pt.....	XXIX
Figura 19 - POMBAL – Antes da Recuperação Foto: Monumentos	XXX
Figura 20 - Pátio da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos – Foto Patrícia Leite	XXXI
Figura 21 - Fachada Principal da Falcoaria Real – Foto Patrícia Leite	XXXI
Figura 22 -Celeiro Agrícola – Salvaterra de Magos	XXXII
Figura 23 - Celeiro Agrícola – Salvaterra de Magos	XXXII
Figura 24 – Casa Particular – Salvaterra de Magos	XXXIII
Figura 25 – Igreja Matriz de Salvaterra de Magos	XXXIII

Índice de Mapas

Mapa 1 - Coutadas Reais de Salvaterra.....	XXXIV
Mapa 2 - Mapa topográfico de Salvaterra - 1788	XXXV

Índice de Plantas

Planta 1 - Planta do Teatro do Paço de Salvaterra de Magos	XXXVI
Planta 2 - Mapa do Palácio de Salvaterra – Ministério Das Obras Publicas – Ref. D120-2C.....	XXXVII

ANEXO 1- Obras de arte em Portugal sobre Falcoariaⁱ

Peça	Época	Dimensões	Origem	Localização
MÚMIA DE FALCÃO	Época Baixa (2.ª metade 1.º milénio)	315 / 100 mm	Egipto	Museu Nacional de Arqueologia
VASO COM TAMPA FALCONIFORME	Época Baixa (1.ª metade 1.º milénio)	335/155 mm	Egipto	Paço Ducal de Vila Viçosa
OLHO DE HOROS em calcário pintado		230/240 mm	Egipto	Museu Nacional de Arqueologia
ESTATUETAS DE FALCÃO	Época Baixa	155/235 mm 650/145 mm	Egipto	Museu Nacional de Arqueologia
BARCA SOLAR DE DJEDHER em bronze	III Dinastia	31.3/26.3 cm	Egipto	Museu Calouste Gulbenkian
TIGELA DE LOUÇA COM CENA DE FALCOARIA	Séc. XI	130/390 mm	Encontrada junto das mesquita de Mértola	Museu de Mértola
AGUARELA, opaca sobre papel. O Rei Cosroes e a sua Corte	1410-11			Museu Calouste Gulbenkian
PINTURA a óleo sobre tela Jan Fyt (1609-1661)		586/775		Museu Soares dos Reis
COLCHA, de algodão estampado com barra decorada com falcões e	Séc XVIII	196/2.42m	India	Falcoaria Real de Salvaterra de Magos

falcoeiros				
TAPEÇARIA, em lã de seda “Partida para a Caça”	Século XVIII – Ultimo quartel	4550/3400mm	Madrid	Palácio Nacional da Ajuda
CELA de abas circulares, em couro e veludo.	Séc. XIX	680/680; aba 1100 mm	Trabalho Indiano, oferecido ao Infante D. Augusto por G. S. Dempó	Museu Nacional dos Coches
2 ESTAMPAS; Falcão num pinheiro sobre a neve e falcão num pinheiro ao Sol	Séc XIX	70/24.5cm	Japão	Museu Calouste Gulbenkian
ARCA TUMULAR, baixo relevo com um falcoeiro.	Séc. XIII			Monsaraz
CÓDICE EM PERGAMINHO – Iluminura	Séc. XV	80/60mm		Arquivo Nacional da Torre do Tombo
CÓDICE EM PERGAMINHO – Iluminura	Séc. XV	50/50 mm		Arquivo Nacional da Torre do Tombo
PRATO em prata branca, com cena de Falcoaria	Séc. XVI	282 mm	Portugal(?)	Museu Nacional da Arte Antiga
PICHEL em prata dourada, com cena de Falcoaria	Séc. XVI	253 mm	Portugal(?)	Museu Nacional da Arte Antiga
TUMULO de D. Afonso Sanches	Séc. XIII		Lisboa	Convento do Carmo

Patrícia Leite

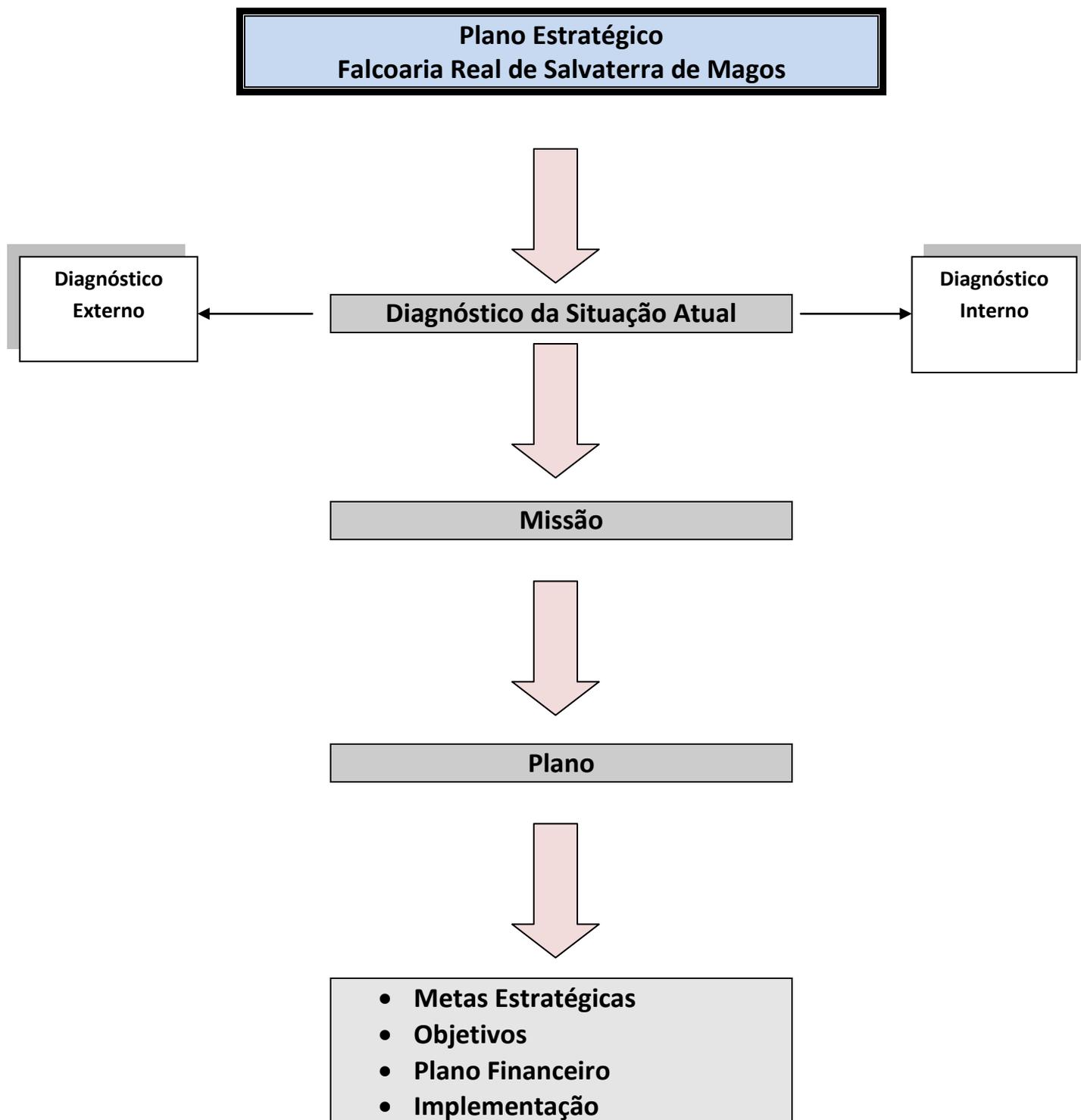
TAÇA com cena de Falcoaria em Faiança	Princípios do séc. XII	18/8cm	Irão	Museu Calouste Gulbenkian
TIGELA com cenas de Falcoaria em Faiança	Princípios do séc. XII	20/8.5cm	Irão	Museu Calouste Gulbenkian
CENA DE FALCOARIA em tira de algodão azul, com bordado a fio de algodão branco com ponto de cadeia	Séc. XVII	2080/230 mm	Portugal	Museu Nacional da Arte Antiga
CAPA de Nobre em linho bordado.	Séc. XVII	1080/2000 mm	Trabalho Indo – Português	Museu Nacional do Traje
AZULEJOS, com cena de caça com falcão. Gabriel del Barco	Séc. XVII	2430/8600 mm	Portugal	Museu Rainha D. Leonor – Beja
AZULEJOS, com cena de caça com falcão	Séc. XVII		Portugal	Instituto de Odivelas
AZULEJOS, cena de caça com falcão	Séc. XVIII	\	Portugal	Convento das Trinas Lisboa
AZULEJOS, partida para a caça	Séc. XVIII		Portugal	Palácio do Marques de Tancos
AZULEJOS, ataque de aves de rapina a uma garça, com crianças a observar	Séc. XVIII		Portugal	Palácio do Marques de Tancos

Patrícia Leite

AZULEJOS, partida para a caça	Séc. XVIII		Portugal	Palácio Pimenta, Lisboa
ESTRIBO de caixa para amazona, decorado com aves de rapina	Séc XVIII	248/135mm	Portugal	Museu Nacional dos Coches

- Este quadro foi feito a partir das informações disponíveis no catalogo da exposição temporária "FALCOARIA REAL", realizada no Museu Nacional dos Coches, de 17 de Novembro de 1989 a 17 de Janeiro de 1990

ANEXO 2- Plano Estratégico Falcoaria Real de Salvaterra de Magos



I PARTE – DIAGNÓSTICO

1- Falcoaria Real de Salvaterra de Magos

1.1 – Antecedentes Históricos

A Falcoaria Real de Salvaterra de Magos é um edifício do século XVIII (1752/1753) de arquitetura pombalina com orientações do arquiteto Carlos Mardel. Apresenta influências das falcoarias holandesas de *Setecentos*, constituindo um exemplar único da Península Ibérica. Em meados desse mesmo século, chegam a esta vila os primeiros Falcoeiros Holandeses de “Barbante” que se vieram a instalar, definitivamente, deixando muitas descendências.

Esta atividade tornou-se propícia para o desenvolvimento de uma aproximação entre Salvaterra de Magos e o Norte Europeu, especialmente com a cidade Holandesa de Valkenswaard. Até nós, chegavam homens que dominavam estas aves de rapina, trazendo consigo uma cultura diferente da que estávamos habituados.

Com a ida da Família Real para o Brasil, origina-se uma grande instabilidade política por todo o país, provocando o declínio da Falcoaria, e, como consequência, a degradação do edifício vendido em hasta pública, alterando os seus proprietários em muito a sua traça primitiva.

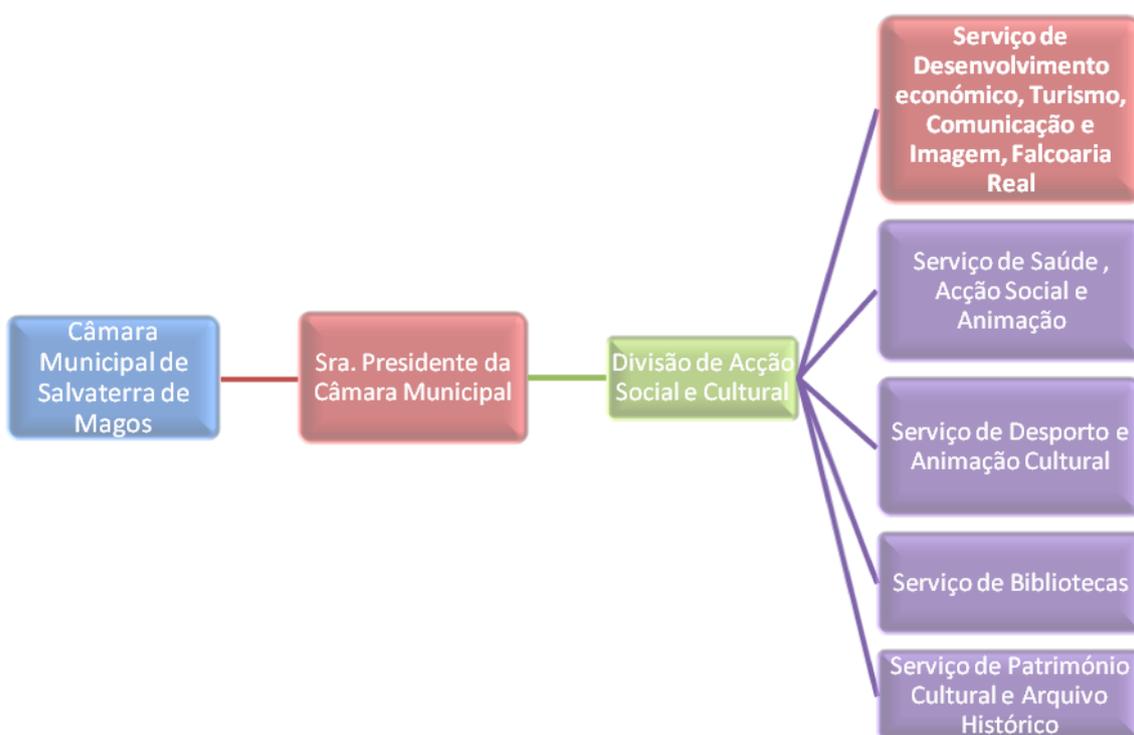
Atualmente, a Falcoaria Real é propriedade da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos. Sofreu em 2009 uma recuperação, no âmbito do Programa Operacional da Cultura, com investimento final de 1.070.161,62€

Durante largos anos, a sua inauguração esteve na expectativa, de todos aqueles que sentiam perder um pouco das suas raízes, face à degradação do edifício. Após esta situação, a Falcoaria Real tornou-se um ex-líbris da Vila de Salvaterra de Magos.

1.2 – Áreas de Atuação

As áreas de atuação da Falcoaria Real visam complementar uma gestão integrada nos recursos patrimoniais concelhios, nas vertentes de Património Móvel e Imóvel, tendo como área de intervenção o Território Concelho, Nacional e Internacional.

1.3– Estrutura Orgânica



1.4 - Localização:

A Falcoaria localiza-se no Distrito de Santarém, Concelho e Freguesia de Salvaterra de Magos.

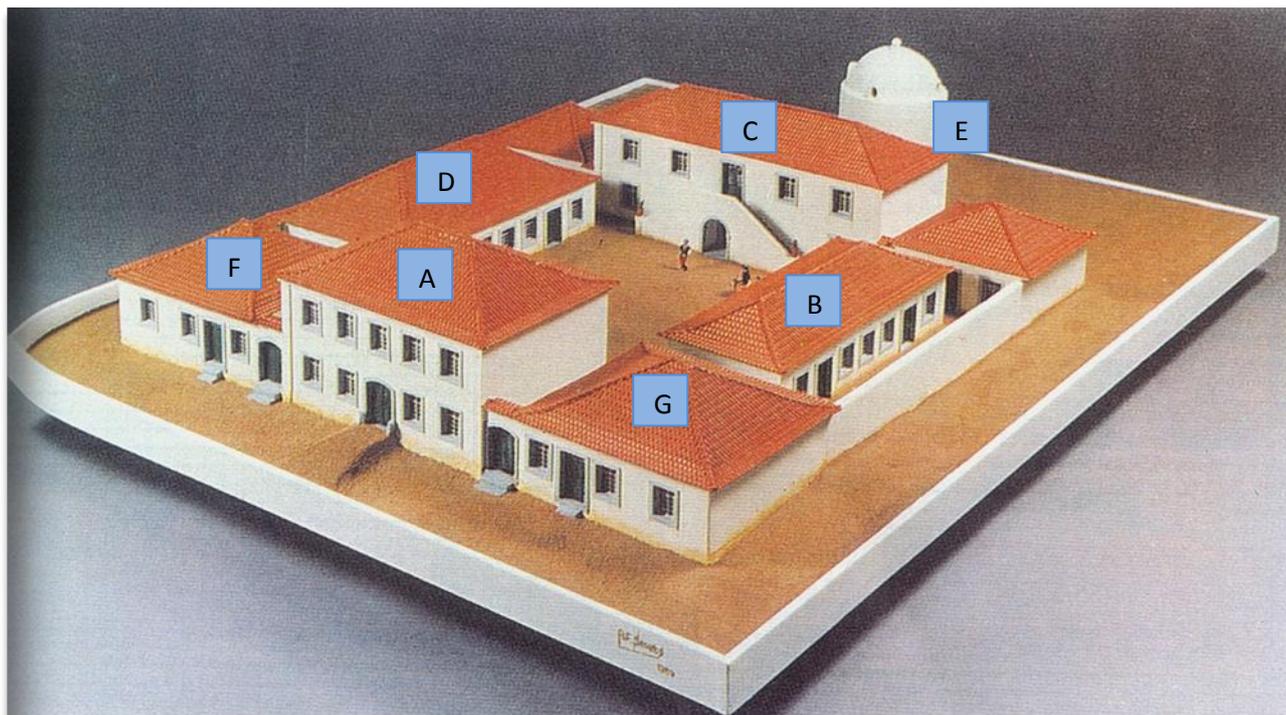
Rua: José Luís Brito Seabra, Nº 17

Código Postal: 2120 Salvaterra de Magos

GPS: N = 39° 1' 33" O = 8° 47' 49"

tel. 263 509 522

1.5 – O Edifício da Falcoaria Real



Maqueta da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos – Museu de Walkenswaard - Holanda

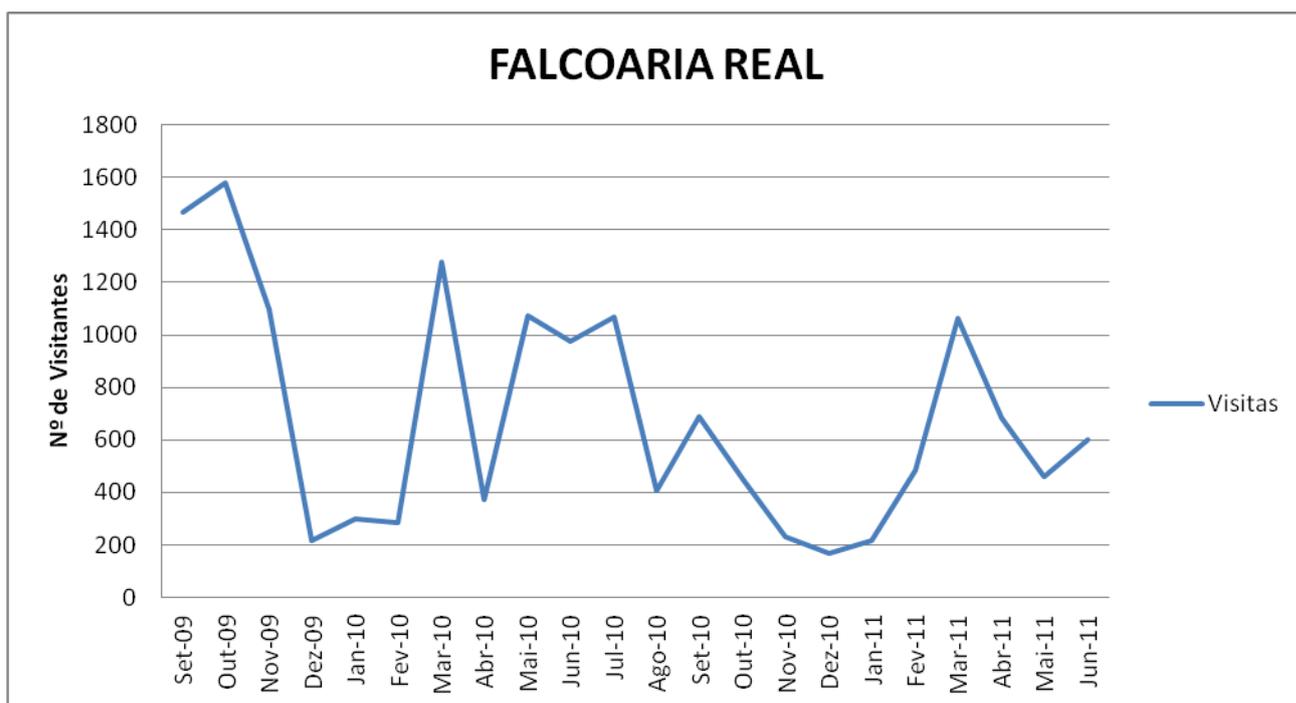
A	R/c- Recepção Piso 1 – Auditório
B	Espaço para Exposição Viva de Aves
C	R/c – Restaurante Piso 1 – Exposição permanente sobre a evolução histórica da Falcoaria
D	Alojamento Local
E	Pombal
F	Vivenda – T1
G	Vivenda – T1

2 – Missão

“A Falcoaria Real é uma Instituição com vocação local, nacional e internacional, que tem como missão, investigação e transmissão dos testemunhos imateriais e materiais do exercício da caça com aves de presa através da conservação dos mesmos”²

3 -Diagnóstico da situação atual

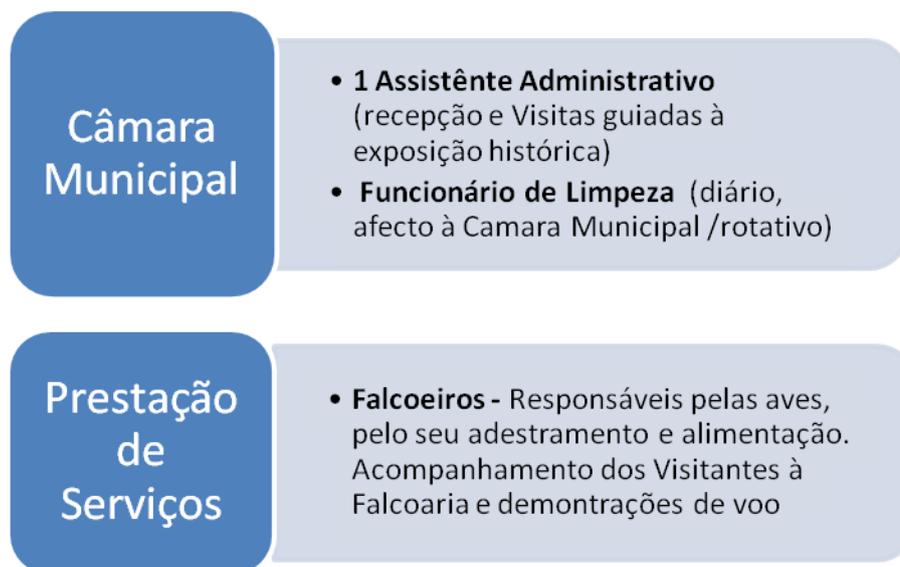
3.1 - Nº de Visitantes



Total de Visitantes: 15.167

² Tarefa proposta pela docente da disciplina de Gestão de Museus, Dra. Clara Camacho, elaborada por: João Pedro, Patrícia Leite e Maria

3.2 – Recursos Humanos:



3.3 – Apresentação do Acervo

A Falcoaria Real de Salvaterra de Magos não tem qualquer ficha de inventário do seu acervo, sendo este composto por algumas peças de exposição (painéis identificativos e explicativos, artigos de falcoaria; mesas interativas, tapeçarias, manequins com roupa de falcoeiros) que testemunham a evolução histórica da Falcoaria ao longo dos tempos.

Existem 15 animais vivos – Falcões e outras aves de presa, que fazem parte do acervo da Falcoaria Real e servem também para expor aos visitantes as diversas espécies de aves existentes no País ou espécies autóctones que foram utilizadas nas grandes caçadas de Salvaterra de Magos.

O acervo da Falcoaria Real foi adquirido pela Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, por compra, à exceção das aves que são propriedade da empresa responsável pela prestação de serviços. A essa mesma empresa compete definir normas de segurança e manutenção dos espaços destinados às aves.

De momento, não estão definidas políticas de incorporação para o enriquecimento do acervo.

3.4 – Cumprimento das funções museológicas

A Falcoaria Real de Salvaterra de Magos não é um Museu, no entanto podemos considerá-la como um espaço cultural onde se deveriam implementar políticas que conduzam ao cumprimento das funções museológicas.

No quadro a baixo, podemos observar como algumas das funções estão a ser desenvolvidas.

1-Estudo e Investigação	<ul style="list-style-type: none"> • Não existem políticas definidas para a elaboração de um plano com a finalidade de permitir o estudo e investigação
2-Incorporação	<ul style="list-style-type: none"> • Sem definição de políticas de incorporação
3-Inventário e documentação	<ul style="list-style-type: none"> • Em fase de aprovação
4-Conservação	<ul style="list-style-type: none"> • Normas de conservação preventiva, em fase de aprovação
5-Segurança	<ul style="list-style-type: none"> • A segurança dos espaços é feita através de um sistema de alarme de intrusão; • As peças estão expostas em vitrinas, sem qualquer mecanismo de segurança que previna a sua perda ou roubo. • Não existe Plano de Segurança • As entradas são controladas pelos funcionários de serviços, na receção da Falcoaria, que condicionam algumas entradas (ex. alimentos, animais, patins, skates etc.)
6-Interpretação e Exposição	<ul style="list-style-type: none"> • Sem plano de exposições definido
7-Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Sem plano de serviços educativo

Funções Museológicas

Diagnóstico Interno

Diagnóstico Externo

	<p style="text-align: center;"><u>Ameaças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de Divulgação • Falta de Estratégias promocionais conjuntas com outro tipo de Património Regional; • Crise económica; • A Vila de Salvaterra de Magos não está preparada para receber grandes grupos de visitantes; 	
<p style="text-align: center;"><u>Pontos Fracos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de identificação no interior; • Inexistência de informação turística em várias línguas; • Falta de acções pedagógicas e educativas; • Inexistência de Loja; • Inexistência de uma Política de Marketing; • Falta de Recursos Humanos especializados; • Inexistência de Biblioteca; • Falta de Regulamento Interno; • Falta de Recursos Financeiros para desenvolvimento de actividades; 	<h2>Análise Swot</h2>	<p style="text-align: center;"><u>Pontos Fortes</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Importante Edifício Patrimonial; • Falcoaria de Salvaterra de Magos, única Falcoaria Real existente na Europa; • Exposição permanente compreensível na estrutura e organização; • Bons acessos locais; • Exposições com acesso pensado para pessoas como mobilidade reduzida; • Próximo de outros locais de interesse público: Capela Real, Vala Real, Igreja Matriz, Celeiro Agrícola, etc. • Restaurante, Alojamento Local e Casa de Chá; • Exposição de animais vivos, com demonstrações de voo;
	<p style="text-align: center;"><u>Oportunidades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Falcoaria - Património Imaterial da Humanidade (UNESCO) • Crescimento do interesse nacional e internacional por questões relacionadas com o ambiente e com a ecologia; 	

II – PLANO ESTRATÉGICO

4 – Metas Estratégicas

Metas Estratégicas		
2012	2013	2014
<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar em 50% o número de visitantes em relação a 2010; • Visita de 2 escolas/mês, no mínimo; • Construção de um <i>site</i>; • Visita de 1 Agente turístico/mês, no mínimo; • Visita de 2 Juntas de Freguesia/Municípios Mês 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar em 75% o número de visitantes em relação a 2010 • Mínimo de 3 escolas/mês • 2 <i>outdoor</i> • 2 Agentes turísticos/mês • Visita de 3 Juntas de Freguesia/Municípios Mês 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar em 100% o número de visitantes em relação a 2010 • Mínimo de 6 escolas/mês • Plano de Serviços educativo • 4 Agente turístico/mês • Visita de 3 Juntas de Freguesia/Municípios Mês

5 – Objetivos Estratégicos

Objetivo Estratégico	Responsável	Tendência	Perspectiva	Objetivo Relacionado		
Aumento do nº de visitantes	Assistente Admn. Falcoaria		Financeira	Maximizar o nº de venda de Bilhetes		
Indicadores	Responsável	Tendência	Valor Meta*			
			2012	2013	2014	
Crescimento das visitas/Bilhetes	Assistente Admn. Falcoaria		+50%	+75%	+100%	
Iniciativas	Responsável	Orçamento				
		2012	2013	2014		
Divulgação	GAP Imprensa	€ 1.500,00	€ 1.545,00	€ 1.591,35		
Falcoaria em roteiros Turísticos Nacionais	Turismo	€ 1.030,00	€ 1.060,90	€ 1.092,73		

*Valor Base : Visitantes de 2010 – 7297

Tendência  Variação Positiva em relação ao ano de 2010

6 – Plano Financeiro

Ano	2010	2012	2013	2014
Nº de visitantes*	7297	50%	75%	100%
Despesas				
Recursos Humano	€ 16.800,00	€ 17.304,00	€ 17.823,12	€ 18.357,81
Animação tur.c/aves	€ 71.390,00	€ 73.531,70	€ 75.737,65	€ 78.009,78
EDP	€ 3.700,00	€ 3.811,00	€ 3.925,33	€ 4.043,09
Material de Escritório	€ 400,00	€ 412,00	€ 424,36	€ 437,09
Limpeza e Higiene	€ 400,00	€ 412,00	€ 424,36	€ 437,09
Água	€ 700,00	€ 721,00	€ 742,63	€ 764,91
Atividades	€ 1.000,00	€ 1.030,00	€ 1.060,90	€ 1.092,73
Divulgação e Publicidade		€ 1.500,00	€ 1.545,00	€ 1.591,35
Material para Fotos	----	**€ 5.000,00	----	----
Total de Despesas	€ 94.390,00	€ 103.722,73	€ 101.683,35	€ 104.733,85
Receitas				
Aluguer Restaurante	€ 12.000,00	€ 12.000,00	€ 12.000,00	€ 12.000,00
Bilheteira /público não escolar	----	€ 1,00	€ 1,50	€ 2,00
Bilheteira Escolar 1€ (aluno)	----	€ 10.945,50	€ 19.154,63	€ 29.188,00
Fotografias 5% Público 4€***	----	€ 2.400,00	€ 2.400,00	€ 2.400,00
	----	€ 2.189,10	€ 2.553,95	€ 2.918,80
Total da Receita	€ 12.000,00	€ 27.534,60	€ 36.108,58	€ 46.506,80
Lucro/ Prejuízo	-€ 82.390,00	-€ 76.188,13	-€ 65.574,78	-€ 58.227,05

* O nº de visitantes tem como referência o ano de 2010, estipulando um aumento de 50% no primeiro ano, 75% no seguinte e 100% no último

** Investimento pago em 3 anos;

*** O cálculo previsto para o pagamento do investimento e do material a adquirir anualmente.

7- Implementação estratégica



ANEXO 3 – Figuras



Figura 1 – Ruínas de Korsabad – Relevo Assírio



Figura 2 - Como colocar a ave no punho “De Arte Venandi Cum Avibus”



Figura 3 - Montar a cavalo com a ave no punho “De Arte Venandi cum Avibus”

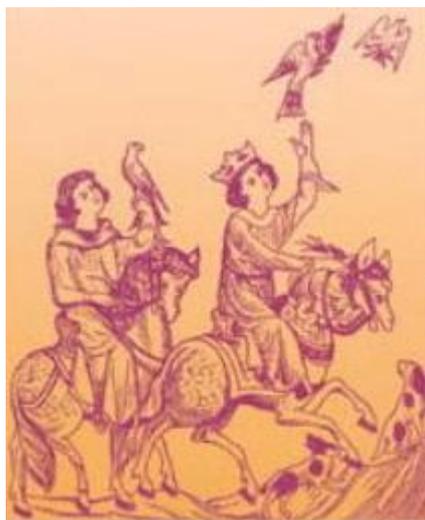


Figura 4 - "Livro de Falcoaria"



Figura 5 - Ilustração da "Encyclopédie" de Diderot et d'Alembert

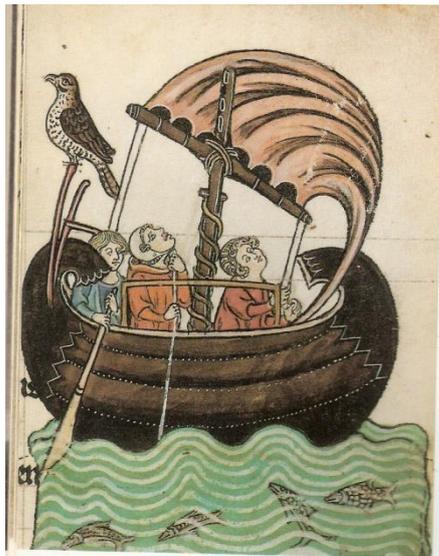


Figura 6 - Iluminura "De Arte Venandi Cum Avibus"



Figura 8 - Falcoeiro prende a ave no banco – "De Arte Venandi Cum Avibus"



Figura 7 -Falcoeiro, Pedro Féria, prende a ave no banco – Falcoaria Real de Salvaterra de Magos



Figura 9 - Falcões na Alcandora – "De Arte Venandi Cum Avibus"



Figura 10 - - Falcões na Alcandora – Falcoaria Real de Salvaterra de Magos

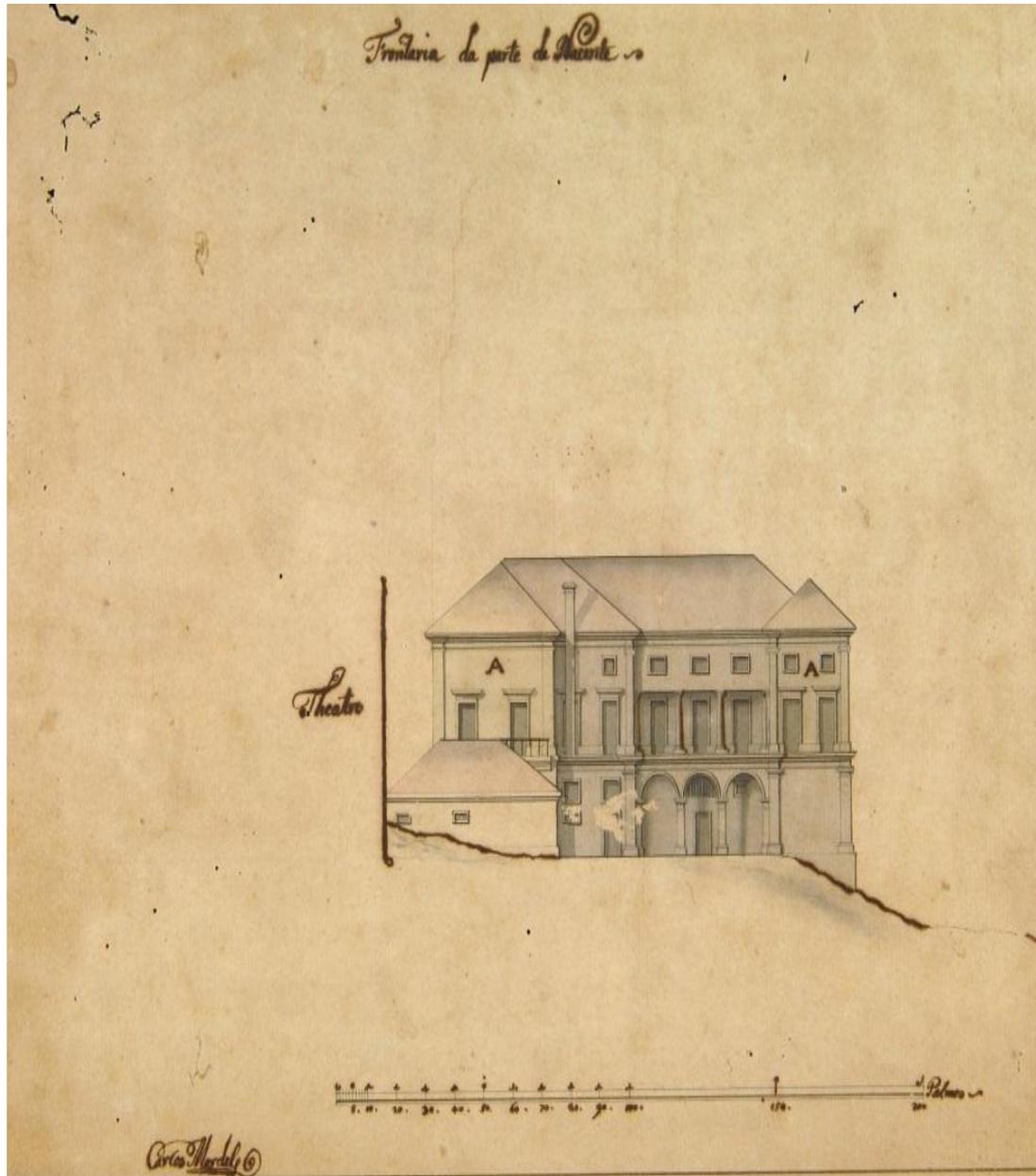


Figura 11 - MARDEL Carlos, Elevação da fachada nascente do Palácio de Salvaterra. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: cota ARC 35,1,12. Documento cedido pelas autoras de "O Teatro do Real Paço de Salvaterra de Magos, arquitectura e cenografiadas temporadas de 1762-1792- Artigo não publicado



Figura 12 - - Fachada principal de Câmara Municipal de Salvaterra de Magos



Figura 13 - - Fachada de edifício interior da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos

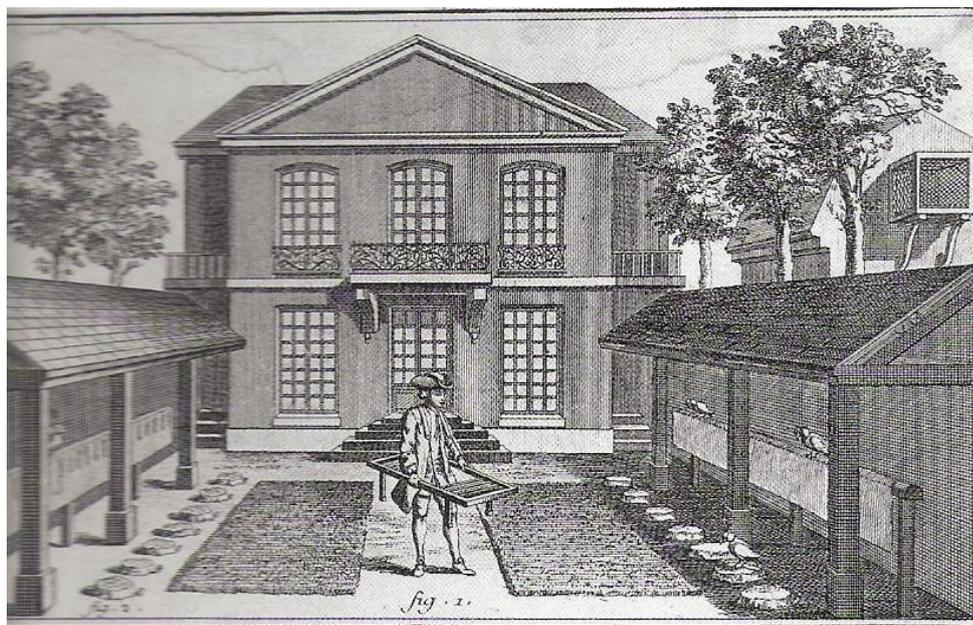


Figura 14 - - Diderot et d'Alembert – Museu Internacional de Caça e Falcoaria de Castelo Gien, França



Figura 15 - - Pátio da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos – 2011



Figura 16 - Festa de Casamento, realizada na Falcoaria Real de Salvaterra de Magos em 1972



Figura 17 - Falcoaria – Antes da Recuperação Foto: Monumentos.pt



Figura 18 - - Falcoaria – Antes da Recuperação Foto: Monumentos.pt



Figura 19 - POMBAL – Antes da Recuperação Foto: Monumentos



Figura 20 - Pátio da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos – Foto Patrícia Leite



Figura 21 - Fachada Principal da Falcoaria Real – Foto Patrícia Leite

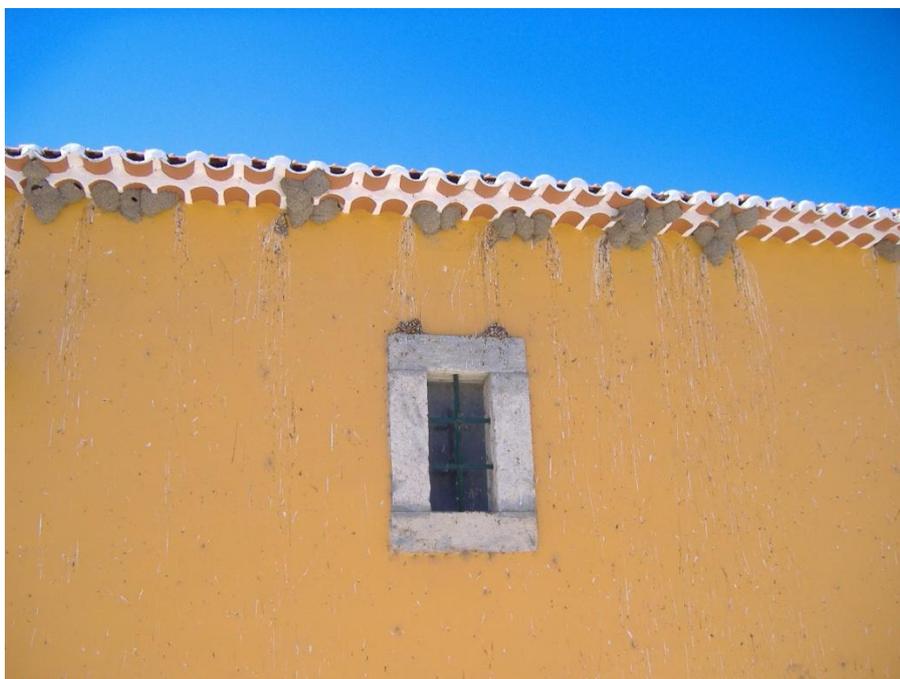


Figura 22 -Celeiro Agrícola – Salvaterra de Magos



Figura 23 - Celeiro Agrícola – Salvaterra de Magos



Figura 24 – Casa Particular – Salvaterra de Magos

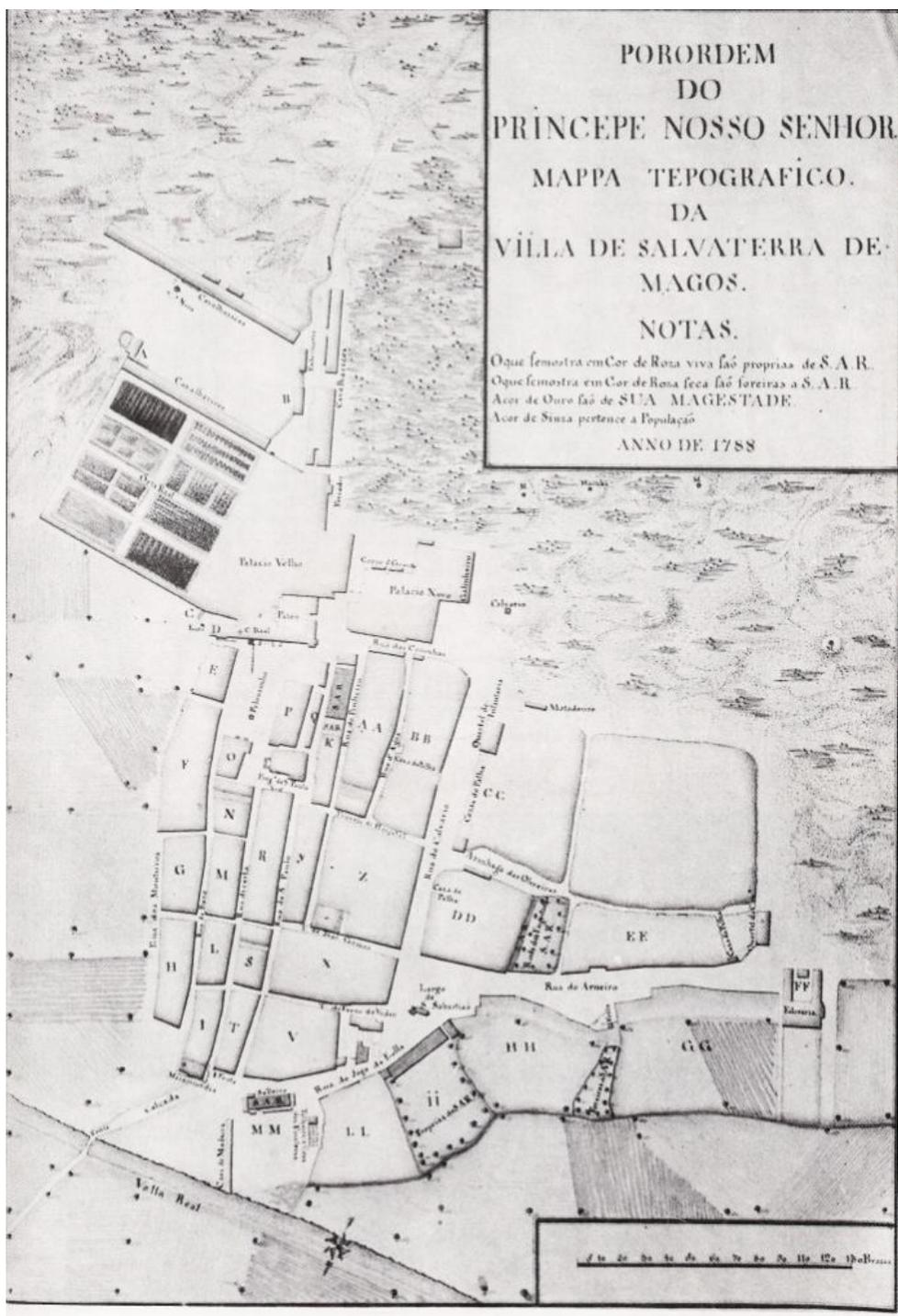


Figura 25 – Igreja Matriz de Salvaterra de Magos

ANEXO 4 - Mapas

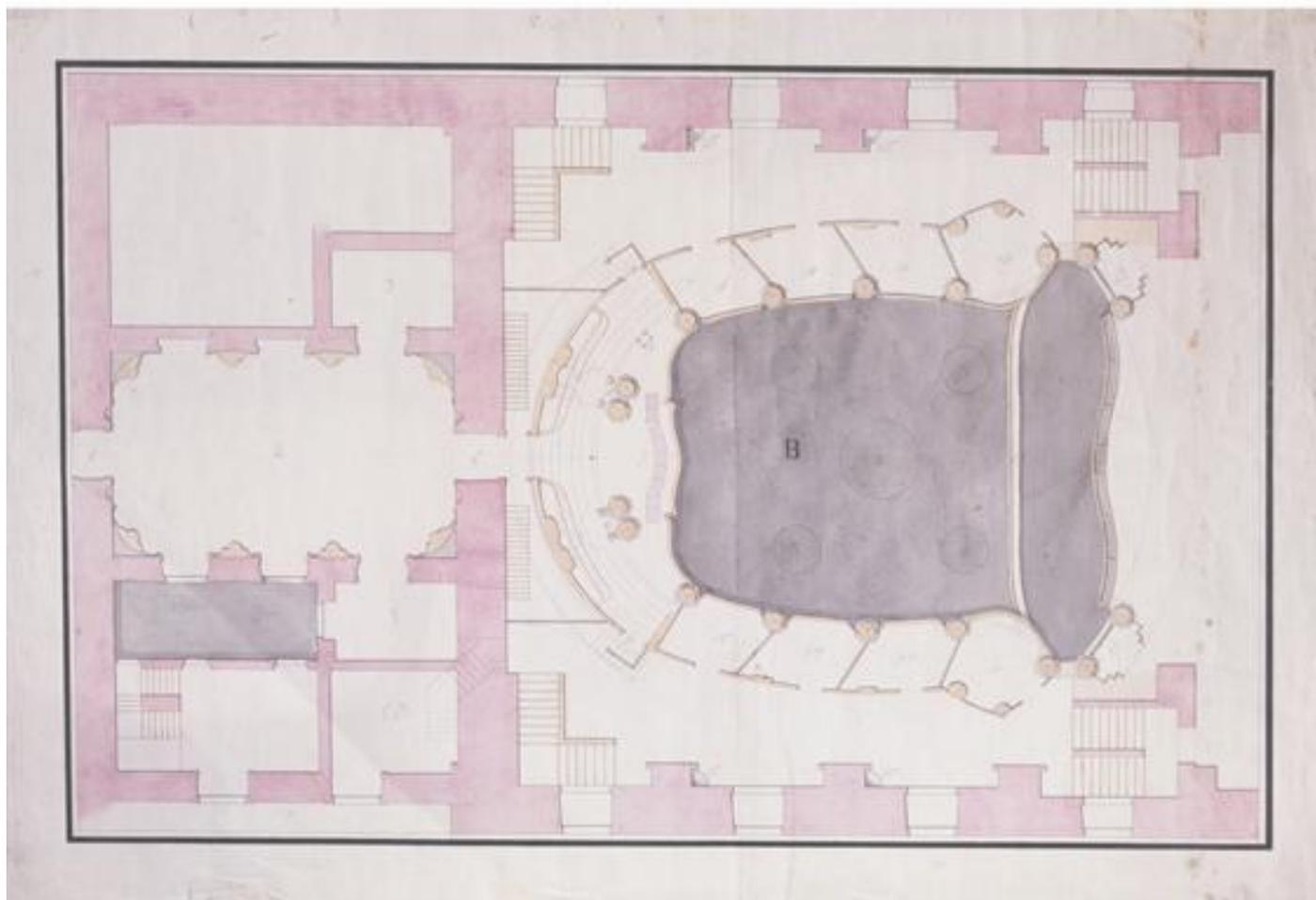


Mapa 1 - Coutadas Reais de Salvaterra



Mapa 2 - Mapa topográfico de Salvaterra - 1788

ANEXO 5 - Plantas



Planta 1 - Planta do Teatro do Paço de Salvaterra de Magos

